



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º TRIMESTRE 2016

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. OBJETIVOS DE GESTÃO	5
2.1. RECEITAS CORE (M€).....	6
2.2. COST TO INCOME (%).....	8
2.3. CASH FLOW TOTAL (M€).....	8
3. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	9
3.1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS	9
3.1.1 RENDIMENTOS CORE.....	9
3.1.2 RENDIMENTOS NÃO CORE.....	11
3.1.3 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13
3.2. GASTOS OPERACIONAIS	14
3.2.1 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	15
3.2.2 CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E SEGURANÇA DA REDE FERROVIÁRIA	16
3.2.3 CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E SEGURANÇA DA REDE RODOVIÁRIA	17
3.2.4 OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	19
3.2.5 PESSOAL	19
3.2.6 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS.....	20
4. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	21
4.1. INVESTIMENTOS PETI3+	21
4.2. OUTROS INVESTIMENTOS.....	22
4.3. COBERTURA FINANCEIRA DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	22
5. PARCERIAS RODOVIÁRIAS.....	23
6. ORÇAMENTO DO ESTADO	24
SALDO GLOBAL	25
RECEITA 26	26
DESPESA.....	27
7. RESULTADO FINANCEIRO E DÍVIDA	29
8. ANEXOS	32
I. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	32
II. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	34
III. MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA	35
IV. MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA	36

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório reporta-se à atividade desenvolvida pela IP durante o primeiro trimestre de 2016, e visa monitorizar o Plano de Atividades e Orçamentos de 2016, dando cumprimento ao previsto no Artigo 44.º, n.º 1 i) do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao n.º 4 do Artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

Os resultados alcançados no primeiro trimestre de 2016 atestam a continuidade da *performance* financeira positiva da IP, já verificada no ano de 2015, com destaque para:

- **Resultado Líquido positivo de 10,6 milhões de euros**, que compara com o resultado de 6,4 milhões de euros verificado no 1.º trimestre de 2015, o que representa uma melhoria de 4,2 milhões de euros (+66%);
- **Crescimento do EBITDA em 10,2 milhões de euros (+7%)** face ao período homólogo de 2015, atingindo o montante de 160,4 milhões de euros, o que se deve essencialmente ao **aumento em 5% dos rendimentos core**, com destaque para a **Contribuição do Serviço Rodoviário (+11,5 M€)** e as **Indemnizações Compensatórias (+2,8 M€)**;
- **Gastos Operacionais** 9,3 milhões de euros acima do verificado em 2015 (5%), mas 29,3 milhões de euros (13%) abaixo do previsto em orçamento. O aumento face a 2015 deve-se sobretudo à rubrica **amortização do direito de concessão rodoviária** (+19,2 M€), em função da atualização do plano de negócios da ex-EP verificada no 2.º trimestre de 2015, com alterações significativas ao nível das projeções plurianuais da CSR;
- **Gastos com a Conservação Rodoferroviária** estão 4 % acima do verificado em 2015 e 9% abaixo do previsto em orçamento;
- **Gastos com Pessoal** aumentam 7% face a 2015 e 4% face ao previsto em orçamento, o que se deve à reversão parcial das reduções remuneratórias verificada no 1.º trimestre, mas também às indemnizações por cessação de funções, cujo valor foi superior em cerca de 1 M€ ao verificado em 2015 e ao previsto em orçamento;
- **Redução dos encargos financeiros** (líquidos), em 12,9 M€, devido à redução da dívida financeira e dos aumentos de capital;

O valor realizado de investimento no 1.º trimestre foi de 31,3 M€, o que representa 23% do valor previsto em orçamento para o período.

No que respeita às Parcerias Rodoviárias, regista-se um acréscimo de pagamentos de 6% face ao previsto em orçamento, em resultado essencialmente da retenção de receita (adiantamento por disponibilidade) verificada no mês de março (18,7 M€) para as concessões do Estado, conforme mecanismo estabelecido contratualmente, e cujo acerto foi assegurado nos pagamentos de abril. Verifica-se, também, um efeito decorrente do pagamento em fevereiro dos encargos de acerto dos anos anteriores, o que implicou aumento da despesa no 1.º trimestre.

Na ótica do Orçamento do Estado, a execução orçamental no 1.º trimestre de 2016 apresenta um défice entre receitas e de despesas de 300 milhões de euros, o que representa 27 % do valor anual previsto, que é de 1.131 milhões de euros.

O montante total de cativos aplicado à IP ascende a **418,9 milhões de euros** o que, em algumas rubricas orçamentais, colocará em risco a execução de contratos em curso e já transitados de anos

anteriores e que foram celebrados para garantir o exercício da sua atividade, nomeadamente na rubrica de conservação rodoferroviária (02.02.03. Conservação de Bens).

Para ultrapassar esta situação, e conforme estipulado artigo 8º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril, **a IP solicitou já autorização para a transição do saldo de 2015**, no montante de cerca de 416 milhões de euros, **assim como a descativação** total das verbas relativas a Concessões e Subconcessões e encargos de cobrança e a totalidade dos cativos adicionais impostos pela referida Lei **no total de 322,5 milhões de euros**.

2. OBJETIVOS DE GESTÃO

O modelo de planeamento e controlo de gestão do grupo IP tem na sua génese os seguintes objetivos:

- Assegurar o planeamento das atividades com integração de objetivos quantitativos, numa ótica anual e plurianual, garantindo o seu alinhamento com o Plano de Negócios da empresa;
- Acompanhar e controlar os indicadores relevantes para cumprimento dos objetivos da empresa;
- Assegurar a existência de um adequado modelo de reporte de desempenho, que garanta uma visão integrada e de topo da atividade da empresa, proporcionando a oportuna tomada de decisões de gestão;
- Reforçar a motivação da organização em torno de uma mesma visão estratégica, possibilitando a orientação da atuação das áreas de forma coerente e em linha com as prioridades definidas;
- Promover e valorizar a eficiência empresarial, através de critérios claros e objetivos.

É neste enquadramento que foram definidos os objetivos de gestão do Grupo IP para o ano de 2016, de âmbito corporativo e setorial, alicerçados nos cinco eixos estratégicos do grupo IP e respeitando, quando aplicável, os valores previstos em Orçamento.

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de 36 indicadores corporativos que, no seu conjunto, abarcam transversalmente a atividade do Grupo e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão, a performance da empresa.

Seis destes indicadores são denominados “Indicadores do Acionista” e constituem os indicadores de mais alto nível, cujo resultado é absolutamente fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, correspondendo ainda às metas que a empresa se compromete a atingir perante o seu Acionista.

Proceder-se-á de seguida à análise dos resultados de três dos indicadores de Acionista com monitorização no 1.º trimestre, visto os restantes três terem uma periodicidade semestral ou anual.

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta 2016	Objetivo Q1	Resultado Q1
1. Mobilidade Sustentável	Receitas core (M€) (cash)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Serviços Ferroviários (Diretório de Rede) + \sum Portagens + \sum IC + \sum CSR + \sum Outros Core (concessões)	1.234 M€	253 M€	263 M€
	Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Qualidade da Infraestrutura) face à meta prevista.	100%	Anual	Anual
	Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Qualidade da Infraestrutura + Fiabilidade da Infraestrutura + Nível de Utilização) face à meta prevista.	100%	Semestral	Semestral
2. Eficiência TOTEX das Infraestruturas	Indicador agregado Plano de Intervenções na Rede (PETI3+ e Plano de Proximidade)	$A*0,25+B*0,25+C*0,25+D*0,25$ (A) N.º de obras desenvolvidas e previstas no Plano / N.º de obras previstas no plano. (B) N.º total de obras desenvolvidas / N.º de obras previstas no plano. (C) Prazo total planeado das atividades desenvolvidas previstas no plano / Prazo total real das atividades desenvolvidas que estavam previstas no plano (D) Custo total planeado das atividades desenvolvidas previstas no plano / Custo total real das atividades desenvolvidas que estavam previstas no plano	85%	Semestral	Semestral
3. Sinergias de Estrutura	Cost to Income (%)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Pagamentos operacionais (não inclui IRC) / \sum recebimentos operacionais	41%	53%	25%
5. Autonomia Financeira	Cash Flow Total (M€)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Receitas - \sum Despesas - \sum Passivos financeiros	-1.098,5 M€	-628,1 M€	-299,4 M€

Conclui-se dos resultados apresentados que foram atingidas as metas definidas para o 1.º trimestre, procedendo-se de seguida à discriminação das justificações que suportam os desvios verificados:

2.1. RECEITAS CORE – CASH (M€)

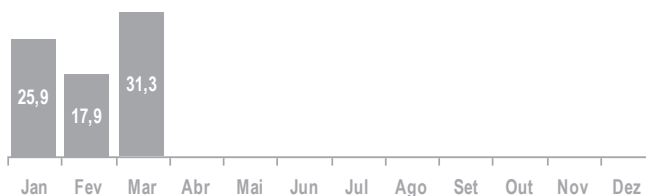
O total de receitas core no 1.º trimestre do ano atingiu 263,3 M€, o que representa um acréscimo de 10,2 M€ face ao objetivo estabelecido para o período (253,4 M€). Para este efeito contribuíram positivamente as receitas com portagens (+8,5 M€), os serviços do Diretório de Rede (+1,0 M€) e a CSR (+0,8 M€).



RECEITAS DE PORTAGENS – CASH (M€)

A receita total de portagens somou, nos primeiros três meses do ano, 75,1 M€, o que corresponde a um acréscimo de 8,5 M€ (13%) face ao montante previsto no orçamento da empresa.

Comparando com o período homólogo, as receitas com portagens apresentam um crescimento de 8%, ou seja, mais 5,8 M€, desconsiderando-se para esta comparação a receita da Beira Interior em 2015, cujas receitas passaram para a concessionária.



RECEITAS SERVIÇOS DIRETÓRIO DE REDE – CASH (M€)

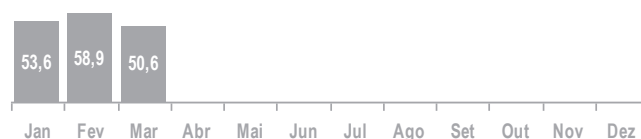
A receita total com serviços DR no primeiro trimestre do ano foi de 25,2 M€, o que representa um desvio positivo de 1 M€ face à meta estabelecida.

Para este resultado contribuiu fundamentalmente o acordo de regularização de dívida com um dos operadores ferroviários, o que representa um acréscimo de 2,4 M€.



RECEITA CSR – CASH (M€)

A receita total da CSR neste período somou 163,0 M€, ou seja, 0,8 M€ acima do previsto. Face ao período homólogo de 2015, verificou-se um acréscimo de 21,5 M€ (+15%), que se justifica pelo aumento dos valores nominais da CSR em sede de OE 2015 apenas terem tido efeito, numa perspetiva financeira, em Março de 2015, mas também pelo aumento do consumo de gasóleo (+2,9 %). Em sentido inverso o consumo de gasolina diminuiu 0,4%.

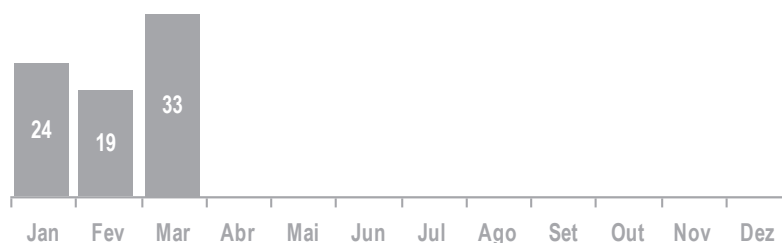


2.2. COST TO INCOME (%)

O *cost to income*, que mede a parte da proveitos gerados que é absorvida pelos custos operacionais, apresenta no primeiro trimestre de 2016 um resultado muito superior ao objetivo para o período (25% vs 53%), o que se deve essencialmente ao decréscimo de 52% dos pagamentos operacionais (-72,0 M€) face ao previsto em orçamento.

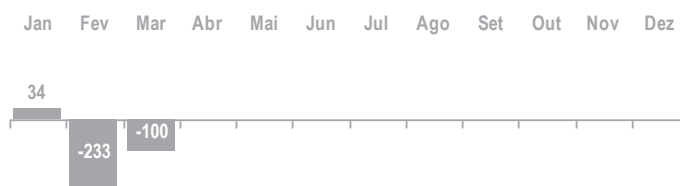
Por outro lado, as receitas operacionais da IP encontram-se 1% acima do previsto (+2,5 M€), com a seguinte desagregação:

- Receita core: +10,2 M€;
- Receita não core IP: -4,7 M€;
- Receita com participadas: -3,1 M€



2.3. CASH FLOW TOTAL (M€)

O *cash flow* total da IP atingiu no primeiro trimestre o valor de -299,4 M€, o que representa um desvio positivo de 32% face ao valor previsto para o período (-425,9 M€). O resultado positivo do indicador deve-se fundamentalmente à redução dos pagamentos operacionais (-72,0 M€) e à redução dos pagamentos de investimento (PETI 3+ e Plano de Proximidade) em 47,8 M€.



3. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

3.1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais no 1º trimestre de 2016 registaram um ligeiro aumento de 220 milhares de euros face ao período homólogo, e um desvio de -5% face ao que estava previsto em sede de orçamento.

Este desvio deve-se essencialmente aos rendimentos associados aos contratos de construção, que diminuíram fortemente em 2016 devido à diminuição da atividade de construção rodoviária, que em 2015 tinha sido muito alavancada pela construção do Túnel do Marão.

Em contrapartida verifica-se um comportamento muito positivo das receitas *core* da IP (+5% do que em igual período de 2015), com destaque para a CSR e portagens.

unidade: milhares de euros

Demonstração do Rendimento Integral	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Vendas e serviços prestados	270.409	266.266	278.365	-12.099	-4%
Subsídios à exploração	7.791	10.163	7.341	2.822	38%
Outros rendimentos e ganhos	20.020	22.011	27.347	-5.336	-20%
Total Rendimentos Operacionais	298.220	298.440	313.053	-14.613	-5%

3.1.1 RENDIMENTOS CORE

Os rendimentos *core* da IP, no atual modelo remuneratório, são a CSR e as Portagens, do lado da Rodovia, e a Tarifa de Utilização e Serviços Ferroviários Adicionais e Auxiliares, do lado da Ferrovia.

No 1.º trimestre de 2016 os rendimentos *core* da IP aumentaram 5% face ao período homólogo, estando no entanto 1% abaixo do previsto em orçamento.

unidade: milhares de euros

Rendimentos Core	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Rodovia (core)	210.613	220.494	223.405	-2.912	-1%
Contribuição Serviço Rodoviário	151.487	162.974	170.700	-7.726	-5%
Portagens	59.126	57.519	52.705	4.814	9%
Ferrovia (core)	19.019	19.484	19.593	-109	-1%
Tarifa de Utilização (Serviços Essenciais)	17.138	16.762	17.303	-541	-3%
Serviços Ferroviários Adicionais	1.536	2.560	2.067	493	24%
Serviços Ferroviários Auxiliares	345	162	223	-61	-27%
Total	229.632	239.977	242.998	-3.021	-1%

Contribuição do Serviço Rodoviário

A CSR criada pela Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, constitui a contrapartida paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária e incide sobre a gasolina, gasóleo rodoviário e GPL sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. A CSR é o principal rendimento da IP, representando cerca de 68% da receita core da empresa.

Comparativamente ao que estava previsto em orçamento, verifica-se uma diminuição em 5%, o que se deve sobretudo ao facto da evolução anual desta receita ter um forte impacto sazonal, e no orçamento ter sido considerada uma distribuição mensal por duodécimos.

Na comparação com o período homólogo de 2015 verificou-se um acréscimo de 11,5 M€ (+8%).

Portagens

Os rendimentos com portagens no 1.º trimestre do ano corrente, representam 24% do total de rendimentos core da IP, tendo sofrido uma diminuição de 3% (1,6 M€) face ao período homólogo de 2015, devido à perda de receitas de portagens da concessão da Beira Interior, e um aumento de 9% (4,8M€) face ao previsto em sede de orçamento.

Nas concessões do estado (portagem real e *Multi Line Free Flow* (MLFF)) o crescimento face ao orçamentado foi de 12%, destacando-se as concessões do Algarve (+3M€) e das Beiras Litoral e Alta (+1M€).

Importa realçar que o resultado do trimestre é positivamente influenciado pelo período da Páscoa (em 2015, a Páscoa ocorreu no início do mês de abril), em que habitualmente se intensificam os volumes de tráfego;

As subconcessões tiveram um resultado de -13% face ao previsto, justificado pelo atraso na faturação referente à subconcessão da AE Transmontana e Baixo Tejo,

Em relação à rede própria IP (A21+A23) não registou nenhum desvio face ao orçamento.

Tarifa de utilização

unidade: milhares de euros

Receitas de Tarifa	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Passageiros	14.439	14.351	14.331	19	0%
Mercadorias	2.051	1.839	2.136	-297	-14%
Marchas	391	382	375	6	2%
Total Tarifa base	16.881	16.571	16.843	-272	-2%
Capacidade Pedida Não Utilizada	257	191	460	-270	-59%
Total Serviços Essenciais	17.138	16.762	17.303	-541	-3%
TARIFA BASE / CK	1,84 €	1,84 €	1,83 €	0,01 €	1%

No 1º trimestre de 2016, as receitas provenientes da realização de comboios de Passageiros (14,4M€) diminuíram ligeiramente (0,2%) em relação ao mesmo período de 2015. A quota deste

segmento aumentou 1% relativamente a 2015, passando a representar 82% do total das receitas de utilização da infraestrutura.

Por outro lado, a receita relativa à circulação de comboios de Mercadorias (1,8M€) diminuiu 10% face a 2015 e a respetiva quota reduziu cerca de 1%, representando agora apenas 11% do total das receitas de utilização da infraestrutura.

unidade: milhares de CK

Utilização da Rede	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Passageiros	7.424	7.411	7.342	70	0
Mercadorias	1.552	1.398	1.627	-229	-14%
Marchas	222	210	216	-6	-3%
Total CK	9.198	9.019	9.184	-165	-1,8%

O volume de tráfego na infraestrutura ferroviária no 1.º trimestre do ano corrente, foi de 9.019 milhões de comboios – quilómetro (CK), o que representa um decréscimo de 1,9% face ao período homólogo de 2015 e de 1,8% face ao valor previsto em orçamento.

Serviços Ferroviários Adicionais e Auxiliares

Para além da disponibilização de canais de circulação, a IP presta serviços adicionais e auxiliares à atividade ferroviária, entre os quais se destacam a energia de tração, o estacionamento de material circulante, as manobras, o regime de melhoria de desempenho e a cedência de água e energia.

A receita total com estes serviços, no 1.º trimestre, ronda os 2,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 45% (0,8M€) face a 2015, e 19% (0,4M€) face ao estabelecido em orçamento.

3.1.2 RENDIMENTOS NÃO CORE

O valor realizado de Rendimentos Não Core no 1º trimestre de 2016 foi de 4,7 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 24% face a 2015 e 51% face ao orçamentado.

unidade: milhares de euros

Rendimentos não core	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Concessão Espaços Comerciais - IPP	2.305	1.473	1.918	-445	-23%
Concessão Telecomunicações - IPT	683	601	1.921	-1.320	-69%
Licenciamentos	195	325	1.670	-1.345	-81%
Venda de Resíduos	83	159	548	-388	-71%
Danos ao Património	1.188	699	750	-51	-7%
Alienação de Património	14		2.003	-2.003	-100%
Canal Técnico Rodoviário	832	796		796	
Terminais Ferroviários	935	687	821	-134	-16%
Subtotal Rendimentos não core	6.236	4.741	9.631	-4.890	-51%

Concessão de Espaços Comerciais

Este rendimento decorre da renda associada ao contrato de concessão de exploração de bens do domínio público existente entre a IP e a IP Património (IPP) e corresponde a uma percentagem do volume de negócios a terceiros deduzida das respetivas despesas de operação, fornecimentos e serviços de terceiros a cargo da IPP.

A renda de concessão gerada encontra-se cerca de 23% abaixo do esperado em sede de orçamento o que se deve, essencialmente, à sobreavaliação do cálculo da renda de concessão dos Espaços Comerciais na estimativa orçamental na qual foi incorretamente incorporado o volume de negócios das expropriações na IPP.

O desvio face a 2015 deve-se ao reconhecimento no 1º trimestre de 2015 da renda de concessão do 4º trimestre de 2014.

Concessão de Telecomunicações

A renda relativa ao contrato de concessão entre a IP e a IP Telecom (IPT) para a exploração da infraestrutura de telecomunicações corresponde a uma anuidade cujo montante previsto corresponde a 30% do valor do volume de negócios a terceiros excluindo o volume da componente ferroviária da IPT.

Em relação à Concessão de Telecomunicações, verifica-se uma diminuição de 12% (-82 mil euros) comparativamente com o período homólogo. Relativamente ao previsto ficou abaixo em 69% devido ao facto de se ter considerado no orçamento a componente da receita do canal técnico rodoviário dentro da renda de concessão, a qual, no entanto, continua a ser recebida diretamente pela IP, pelo que não está a ser considerada no cálculo para a renda de concessão. Este desvio é atenuado para 27%, caso se considere o valor realizado com o Canal Técnico Rodoviário (cerca 800 mil euros) para análise do desvio da Concessão de Telecomunicações.

Licenciamentos

Recentemente, foi publicada a Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela administração rodoviária pelos usos privativos do domínio público rodoviário do Estado, bem como pelas autorizações previstas no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN).

A entrada em vigor do novo Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, assenta em duas dimensões fundamentais: por um lado, o uso público viário da infraestrutura rodoviária e, por outro lado, o uso privativo do domínio público;

O novo Estatuto das Estradas Nacionais permitirá, para além de uma melhoria e simplificação administrativa, uma clarificação das competências de licenciamento, bem como a aplicação de taxas adequadas à garantia de mobilidade e acessibilidade que a infraestrutura rodoviária proporciona.

Não obstante o referido, está-se a verificar em 2016 um desvio muito significativo das receitas com Licenciamentos face ao previsto em orçamento (-81%), o que se deve sobretudo ao facto das novas portarias que determinam o valor das taxas de licenciamento enquadradas no novo Estatuto das Estradas Nacionais ainda não terem sido aprovadas, ao contrário do que foi considerado para efeito da elaboração do orçamento.

Venda de resíduos

Verifica-se um desvio de -71% (388 m€) na execução desta componente da receita face à estimativa orçamental, o qual deverá ser recuperado durante o presente ano.

Alienação de Património

No 1º trimestre de 2016 não se verificou qualquer rendimento associado à alienação de património. O desvio face ao orçamentado resulta do facto da distribuição mensal desta rubrica ter uma base duodecimal, quando tipicamente este tipo de contratos apenas se concretiza no final do 1.º semestre e no final do ano.

3.1.3 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

unidade: milhares de euros

Outros Rendimentos e Ganhos	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Contratos de Construção	34.458	18.267	25.502	-7.235	-28%
Concedente Estado-Rédito ILD	3.191	4.479	6.655	-2.176	-33%
Subsídios para investimento	12.558	15.597	16.272	-675	-4%
Indemnizações Compensatórias	7.787	10.163	7.341	2.822	38%
Outros	4.358	5.216	4.654	562	12%
Subtotal Rendimentos não core	62.352	53.721	60.423	-6.702	-11%

Contratos de Construção

Esta rubrica representa os rendimentos da rodovia com a sua atividade de construção da Rede Rodoviária nacional (RRN) de acordo com o definido no Contrato de Concessão, incluindo a totalidade das atividades de construção da rodovia por via direta ou subconcessão.

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso, acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à IP por cada subconcessionária, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.

O rendimento considerado com a construção de Novas Infraestruturas e com a construção da Rede Subconcessionada deve-se ao impacto destas no ativo da empresa, sendo a contrapartida, em termos de demonstração de resultados, efetuada no CMVMC.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da IP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado, quer pela remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias correspondente aos troços ainda em construção.

No 1.º trimestre de 2016, verifica-se uma redução de 28% face ao previsto em orçamento, o que se deve essencialmente à não consideração do apuramento contabilístico referente à margem de construção do Túnel do Marão, nem do grau de acabamento das subconcessões. A contrapartida deste rendimento é feita, em termos de demonstração de resultados, no CMVMC, pelo que a sua não consideração no 1.º trimestre não tem qualquer impacto nos resultados.

Concedente Estado

Os montantes registados em Concedente Estado (Rédito ILD) correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade de investimento de infraestruturas de longa duração, nomeadamente, materiais e mão-de-obra para Investimento e os respetivos encargos de estrutura, nos termos da IFRIC12.

A redução verificada (de -2,2 milhões de euros) face ao orçamentado, decorre do abrandamento da atividade de Investimento em ILD, nomeadamente no que se refere aos materiais aplicados em obra.

Subsídios para investimento

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido. Os subsídios são subseqüentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Indemnizações Compensatórias

O rendimento da IP com as indemnizações compensatórias, no 1.º trimestre de 2016, foram 10,2 milhões de euros, superior em 38% ao previsto em orçamento.

Este montante é superior ao inscrito em orçamento, e foi estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 10 – A/2016, em conformidade com o estabelecido no Contrato Programa celebrado entre a IP e o Estado Português, em março de 2016, para a prestação de serviço público ferroviário.

3.2. GASTOS OPERACIONAIS

No 1.º trimestre de 2016 os gastos operacionais aumentaram 5% face ao período homólogo e diminuíram 13% face ao previsto em orçamento.

A diminuição face ao previsto em orçamento deve-se sobretudo à redução dos gastos com o CMVMC (-32%) e os Outros FSE's (-21%). O aumento face a 2015 justifica-se sobretudo pelo aumento da rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização, cujo aumento se deve à amortização do direito de concessão rodoviária (+19,2 M€), em função da atualização do plano de negócios da ex-EP verificada no 2.º trimestre de 2015, com alterações significativas ao nível das projeções plurianuais da CSR;

unidade: milhares de euros

Demonstração do Rendimento Integral	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	64.885	48.091	70.334	-22.243	-32%
Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária	20.401	21.141	22.690	-1.549	-7%
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	12.963	13.549	15.594	-2.045	-13%
Outros FSE's	20.322	21.497	27.244	-5.747	-21%
Gastos com o pessoal	27.952	29.812	28.614	1.198	4%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	46.201	65.434	66.773	-1.339	-2%
Provisões (aumentos/ reduções)	606	2.820		2.820	
Outros gastos e perdas	953	1.150	1.588	-438	-28%
Total Gastos Operacionais	194.285	203.494	232.838	-29.344	-13%

3.2.1 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

No 1º trimestre de 2016 verificou-se uma diminuição dos gastos com o CMVMC em 32% face ao previsto em orçamento e 26% face ao período homólogo de 2015.

unidade: milhares de euros

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Rede Subconcessionada			6.960	-6.960	-100%
Novas Infraestruturas rodoviárias	16.506	22	6.378	-6.357	-100%
Portagens Concessões Estado	47.131	46.990	51.973	-4.983	-10%
Consumo de Materiais para Manutenção Ferroviária	569	660	2.914	-2.254	-77%
Consumo de Materiais para Investimento Ferroviário	679	419	2.110	-1.691	-80%
Total	64.885	48.091	70.334	-22.243	-32%

Rede Subconcessionada

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão rodoviária e a percentagem de acabamento reportada à IP por cada subconcessionária, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação. No 1.º trimestre do ano corrente não foram apurados gastos para esta rubrica.

Novas Infraestruturas Rodoviárias

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas Rodoviárias são atividades de construção de gestão direta da IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.

A diferença verificada no 1.º trimestre de 2016 face ao período homólogo de 2015 deve-se essencialmente à não consideração do apuramento contabilístico referente à margem de

construção do Túnel do Marão devido a constrangimentos decorrentes do processo de migração relativo à integração de sistemas informáticos no âmbito da fusão.

Conforme já referido anteriormente, esta situação não tem impacto nos resultados.

Portagens em Concessões do Estado

Os valores recebidos pela IP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da IP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

O desvio verificado no 1º trimestre deve-se ao facto da mensualização do orçamento ter sido efetuada numa ótica duodecimal e esta rubrica estar sujeita a um forte efeito sazonal.

Materiais para Manutenção e Investimento nas Infraestruturas Ferroviárias

Nesta rubrica registam-se os consumos de diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção e investimento nas infraestruturas ferroviárias. O consumo de materiais para o período em análise foi bastante reduzido face ao que estava previsto em orçamento, mas em linha com o executado no período homólogo de 2015.

3.2.2 CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E SEGURANÇA DA REDE FERROVIÁRIA

Para assegurar a manutenção e reabilitação da Rede Ferroviária Nacional (RFN), cumprindo os níveis de serviço previstos, a IP dispõe de vários contratos de Prestação de Serviços de Manutenção.

A maioria destes contratos são plurianuais e contemplam intervenções nas vertentes de Manutenção Preventiva Sistemática (MPS), Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) e Manutenção Corretiva (MC), nas especialidades de via, sinalização, catenária, baixa tensão, subestações, construção civil, passagens de nível, e elevadores e escadas rolantes.

Estes contratos de Prestação de Serviços de Manutenção caracterizam-se por:

- Contratos de abrangência geográfica nacional, em lote único ou em lotes que abranjam mais do que uma unidade orgânica regional;
- Contratos de abrangência geográfica nacional, desenvolvidos centralmente e divididos em diversos lotes, circunscritos às unidades orgânicas regionais;
- Contratos de âmbito regional/local.

No quadro seguinte, enunciam-se por especialidade, a execução no 1.º trimestre de 2016. Em termos globais verifica-se uma redução de gastos de 13% face ao previsto em orçamento, ainda que aumentando 4,5% face à execução no período homólogo de 2015.

unidade: milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Via	3.674	4.585	5.690	-1.105	-19%
Sinalização	3.588	3.727	3.771	-44	-1%
Acessibilidade, Telemática e ITS	3.094	2.555	2.253	302	13%
Catenária	1.166	1.417	1.398	19	1%
Baixa Tensão	89	178	442	-264	-60%
Subestações	151	126	218	-92	-42%
Construção Civil	167	341	542	-201	-37%
Obras de Arte	406		59	-59	-100%
Passagens de Nível	61	84	119	-35	-29%
Rec. Materiais	8	82	284	-201	-71%
Comboio Socorro	341	341	341		
Elev. Esc. Rolantes	210	112	206	-94	-45%
Serviços Engenharia			272	-272	-100%
Outros	7				
Total	12.963	13.549	15.594	-2.045	-13%

A maior variação, em termos absolutos, deve-se aos subcontratos de Via, o que se deve à falta de materiais que se tem verificado, nomeadamente de travessas de madeira, o que tem comprometido a realização das ações de Manutenção Preventiva Condicionada (MPC).

Acresce também a baixa execução nas especialidades de Construção Civil e Baixa Tensão relativamente aos valores previstos em orçamento. Este resultado advém do facto de se terem iniciado em dezembro de 2015 e janeiro de 2016 os subcontratos dessas especialidades, o que atrasou a execução das ações de MPC no 1.º trimestre do corrente ano. Tem-se verificado também a dificuldade de resposta por parte dos prestadores de serviços.

3.2.3 CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E SEGURANÇA DA REDE RODOVIÁRIA

Os gastos com a conservação, reparação e segurança da rede ferroviária no 1.º trimestre ficaram 7% abaixo do valor previsto em orçamento e 4% acima do período homólogo de 2015.

unidade: milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Conservação Periódica de Estradas	13.250	13.250	13.250		
Segurança Rodoviária	1.425	1.415	5.657	-4.243	-75%
Conservação Corrente de Infraestruturas	5.727	6.477	3.783	2.694	71%
Total	20.401	21.141	22.690	-1.549	-7%

Conservação Periódica de Estradas

A Conservação Periódica de Estradas, corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da IP dos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um gasto anualizado de 53 M€ (13,3 M€ por trimestre), para a manutenção programada que permita a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

Segurança Rodoviária

As novas atividades de Segurança Rodoviária têm suporte no Plano de Segurança Rodoviária, que compreende intervenções no âmbito da sinalização vertical e horizontal, semáforos e colocação de novas barreiras de segurança, assim como tratamento da zona adjacente à estrada e singularidades da via, incidindo particularmente na análise das interseções e nas características das travessias urbanas, locais onde se verificam maiores riscos de acidentes.

O Plano de Segurança Rodoviária tem como objetivo a definição de prioridades, onde são devidamente ponderados os indicadores de sinistralidade (pontos negros, número de acidentes com vítimas, vítimas mortais, feridos graves e ligeiros e indicador de gravidade), o tráfego médio diário anual (TMDA), o tráfego de peões no caso das travessias urbanas e o tipo e função da via.

Esta rubrica teve apenas um gasto de 1,4 M€ no 1º trimestre do ano, menos 4,2 M€ (75%) do que o previsto em orçamento. O atraso verificado na execução no 1.º trimestre deve-se sobretudo aos contratos de Marcação Rodoviária 2015, Sinalização Vertical 2015 e Reparação e Manutenção de Equipamentos Semafóricos 2015.

Estes contratos estão a ser prorrogados no prazo de forma a fazer face ao atraso verificado no lançamento dos novos contratos devido a um conjunto de condicionalismos, designadamente orçamentais.

Verificando-se um aumento da duração destes contratos e não havendo alteração do seu valor, verifica-se a necessidade de se limitarem os trabalhos efetuados, recorrendo-se a estes contratos apenas em situações em que tal se afigure indispensável.

Conservação Corrente

A Conservação Corrente corresponde aos gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação, evitando a degradação das infraestruturas e da qualidade do serviço.

O atual modelo de gestão da conservação corrente da rede de estradas nacionais sob administração direta da IP está ancorada, essencialmente, em 18 Contratos Distritais Plurianuais, intervindo na estrada e zona adjacente com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação e segurança, evitando a degradação das infraestruturas e das condições de serviço.

Em termos globais os 18 contratos têm um valor previsto para o trimestre de 22,7 milhões de euros.

No âmbito destes contratos são realizados trabalhos como a reparação e beneficiação de pavimentos, melhoria dos sistemas de drenagem das vias, conservação de pontes e viadutos,

reposição e adequação da sinalização e outros equipamentos de proteção e segurança rodoviária, estabilização de taludes e limpeza de bermas e dos terrenos adjacentes à estrada.

A conservação corrente por contrato estende-se às vias de alta capacidade da rede de autoestradas da Grande Lisboa, incluindo a prestação de assistência ao cliente com meios próprios. Também a rede de autoestradas do Grande Porto tem as necessidades de conservação corrente asseguradas através de um Contrato, num modelo totalmente em *outsourcing* para a Conservação e Operação.

A execução desta rubrica no 1º Trimestre de 2016, atingiu um desvio de 71% face ao planeado, ou seja, mais 2,7 M€. Este desvio face ao previsto ao orçamento deveu-se à necessidade de executar um conjunto de trabalhos que excederam largamente o planeado aquando da elaboração do orçamento e tiveram por objetivo a reposição das condições de utilização das vias na sequência de intempéries.

3.2.4 OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Outros Fornecimentos e Serviços Externos representam no 1º trimestre do ano cerca de 21,4 M€, o que se traduz num desvio de -21% face à meta estabelecida e de +6% face ao período homólogo de 2015.

unidade: milhares de euros

Outros Fornecimentos e Serviços	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
O&M Subconcessões EP	5.079	6.413	6.457	-44	-1%
Cobrança Portagens Concessões	4.129	4.423	4.316	108	2%
Encargos de Cobrança da CSR	3.030	3.259	3.305	-45	-1%
Energia Eléctrica	2.259	2.033	2.452	-419	-17%
Energia Eléctrica para Tração	961	1.113	1.430	-317	-22%
Vigilância	1.081	1.261	1.268	-6	0%
Limpeza	258	493	541	-48	-9%
Restantes FSE	3.527	2.500	7.476	-4.976	-67%
Total	20.322	21.497	27.244	-5.747	-21%

3.2.5 PESSOAL

Os Gastos com Pessoal no 1.º trimestre estão 4% acima do valor previsto em orçamento, o que se deve unicamente aos gastos com rescisões. Excluindo as rescisões os gastos com pessoal estão em linha com o valor previsto em orçamento e 3,2% acima dos gastos no período homólogo de 2015, o que se deve à reposição parcial das reduções remuneratórias.

unidade: milhares de euros

Gastos com Pessoal	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Gastos com Pessoal	27.930	28.817	28.599	218	1%
Rescisões	22	995	15	980	6499%
Total	27.952	29.812	28.614	1.198	4%

O efetivo a 31 de março de 2016 é de 3.403 colaboradores, o que representa uma redução de 82 colaboradores face ao período homólogo de 2015

3.2.6 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

unidade: milhares de euros

Outros gastos e perdas	1º Trimestre				
	Real 2015	Real 2016	Orçamento 2016	Desvio	%
Outros gastos e perdas operacionais	953	1.150	1.588	-438	-28%
Total	953	1.150	1.588	-438	-28%

Os Outros Gastos registaram no 1º trimestre do ano o valor de 1,1 milhões de euros, o que representou um aumento face a igual período de 2015 aproximadamente 21% (200 mil euros) e uma diminuição de -28% face à estimativa orçamental (1,5 milhões de euros) e traduz o valor da taxa a pagar ao Regulador (AMT).

4. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Os gastos com investimento no 1.º trimestre foram de 31,3 M€, o que representa apenas 23% do valor previsto em orçamento para o período.

unidade: milhões de euros

Investimentos	Orçamento 2016	1º Trimestre		% Execução
		Orçamento 2016	Real 2016	
Investimentos Ferroviários PETI3+	41,2	5,6	0,5	8%
Investimentos Rodoviários PETI3+	15,0	11,3	4,5	39%
Investimentos PETI3+	56,2	16,9	4,9	29%
Outros Investimentos Ferroviários	45,1	5,9	1,6	27%
Outros Investimentos Rodoviários	24,3	6,5	0,7	11%
Outros Investimentos	69,4	12,4	2,3	18%
Investimentos de Apoio à Gestão	6,3	1,9	0,1	4%
Total	131,9	31,3	7,3	23%

4.1. INVESTIMENTOS PETI3+

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) estabeleceu as grandes opções estratégicas para a organização do território nacional, definindo os grandes corredores nos quais se devem inserir os projetos de infraestruturas estruturantes de transportes que concretizem as principais ligações com a Europa e o resto do mundo. Nestes termos, foram definidos 6 eixos de desenvolvimento que representam um importante contributo para a inserção de Portugal na rede transeuropeia de transportes (RTE-T), e que são os seguintes: Corredor da Fachada Atlântica, Corredor Internacional Sul, Corredor Internacional Norte, Corredor do Interior, Corredor do Algarve e Transporte Público de Passageiros.

Foi com base nestes 6 eixos estratégicos que foi desenvolvido e organizado o programa de investimentos do PETI3+, pelo que no presente documento seguimos a mesma estrutura metodológica.

unidade: milhões de euros

Investimentos PETI3+	Orçamento 2016	1º Trimestre		% Execução
		Orçamento 2016	Real 2016	
Corredor da Fachada Atlântica	24,08	4,21	0,00	0%
Corredor Internacional Sul	8,41	0,02	0,07	415%
Corredor Internacional Norte	3,45	0,09	0,02	16%
Corredor do Interior	5,24	1,27	0,37	29%
Transporte Público Passageiros	0,03	0,00		
Investimentos Ferroviários PETI3+	41,20	5,59	0,5	8%
Corredor Internacional Norte	11,09	10,80	4,46	41%
Corredor do Interior	3,87	0,53	0,01	2%
Investimentos Rodoviários PETI3+	14,96	11,33	4,5	39%
Total	56,16	16,92	4,9	29%

A execução global dos Investimentos PETI3+, no 1.º trimestre, foi de apenas 29%, sendo o principal projeto o empreendimento rodoviário do Túnel do Marão, que registou uma execução de 4,5 M€ (41% face ao previsto).

Este desvio foi recuperado no mês de abril, possibilitando a entrada em serviço do Túnel do Marão no mês de maio.

Na Ferrovia a execução é de apenas 8% face ao previsto em orçamento, destacando-se o investimento na Linha do Douro (eletrificação do Troço Caíde / Marco), com uma execução de 369 mil euros.

A baixa execução dos investimentos ferroviários deve-se às seguintes situações:

- RIV Alfarelos / Pampilhosa: atraso de 2,5 meses na consignação da empreitada, a qual estava prevista para a primeira semana de janeiro, acabando por ocorrer em meados de março, resultante da necessidade de obtenção do visto Prévio do Tribunal de Contas para os trabalhos de Apoio à Sinalização e Convel; por outro lado, verifica-se um atraso de 35 dias de calendário no decorrer da empreitada resultante das atividades de via;
- Eletrificação do troço Caíde / Marco: atraso de 256 dias de calendário da responsabilidade do adjudicatário devido a dificuldades financeiras deste e má gestão dos subempreiteiros, estando em curso o reforço de meios e implementação de medidas atempadas que possibilitem a recuperação do prazo da empreitada.
- Construção da SST de Vila Fria: aguarda visto do Tribunal de Contas;
- Projeto da RIV no Troço Válega / Gaia - Fase 2: reavaliação da contratação para redefinição do âmbito da obra;
- Atraso na conclusão e adaptação do Projeto de Execução para a Modernização do troço Covilhã-Guarda.

4.2. OUTROS INVESTIMENTOS

Nos outros Investimentos a execução global foi de apenas 16%, tendo-se como principais destaques as seguintes ações:

- Ferrovia: Linha do Alentejo – Substituição de travessas nas linhas das estações de Vila Nova da Baronia e de Cuba. (340 K€)
- Ferrovia: Conclusão da RIV do Entroncamento (96 K€)
- Rodovia: EN10 – Ponte de Sacavém sobre o Rio Trancão (666 K€)

4.3. COBERTURA FINANCEIRA DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

O valor decorrente de subsídios diretamente atribuídos à IP para desenvolvimento das infraestruturas rodoferroviárias foi de 1,5 milhões de euros, provenientes do Fundo de Coesão para reembolso de despesa referente a projetos de investimento relativos ao período de programação 2007-2013 (QREN) e referentes ao pré-financiamento de investimento do período de programação 2014-2020 (CEF)

As restantes Fontes de Financiamento são compostas pelo excedente gerado pela atividade operacional e pela dotação de capital do Estado (210 milhões de euros).

5. PARCERIAS RODOVIÁRIAS

unidade: milhões de euros

Concessões e Subconcessões	Orçamento 2016	1º Trimestre		% Execução
		Real 2016	Orçamento 2016	
Disponibilidade	670,5	215,5	182,1	118%
Comparticipações e reequilíbrios	8,8	0,0	6,4	0%
Concessões	679,3	215,5	188,6	114%
Disponibilidade e Serviço	537,6	137,9	146,4	94%
Subconcessões	537,6	137,9	146,4	94%
Total	1.216,9	353,5	334,9	106%

Concessões

De acordo com os novos contratos, as concessionárias podem reter o valor de portagens cobradas, e que pertencem à IP, por conta do pagamento de disponibilidade que lhes é devido contratualmente. Mensalmente, a IP contabiliza essa receita retida, como se tivesse recebido a mesma e efetuado um adiantamento (pagamento) às concessionárias de igual montante. Assim:

- Do lado da receita, o valor é faturado e considerado recebido todos os meses;
- Do lado da despesa, é registado o montante “pago”, por conta da retenção das receitas de portagens;

No âmbito deste mecanismo foi retido pelas concessionárias, no mês de março de 2016, o montante total de 20,0 M€ de receitas de portagens, que são considerados como pagamentos de disponibilidade. Não tendo sido considerado em sede de orçamento esta prerrogativa prevista contratualmente, visto à data de elaboração do orçamento ainda não estarem em vigor os novos contratos de concessão, resulta o referido desvio de 20 M€.

Importa salientar que a execução verificada no 1.º trimestre não coloca em causa o cumprimento do orçamento anual.

Subconcessões

O desvio verificado nas subconcessões (-8,5 M€) deve-se essencialmente ao facto de não se ter efetuado no 1.º trimestre qualquer pagamento relativo às subconcessões do Baixo Alentejo e Algarve Litoral, por atraso no desenvolvimento das intervenções em curso em ambas as subconcessões.

O grau de acabamento das intervenções em curso era, a 31 de março, de 66,5% na subconcessão do Baixo Alentejo e de 49,5% na subconcessão do Algarve Litoral.

Em face da evolução do grau de acabamento no mês de abril de 2016 já foram efetuados pagamentos de 11,3 M€ na subconcessão do Baixo Alentejo.

6. ORÇAMENTO DO ESTADO

A IP, por estar incluída no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, passou a ser integrada no setor público administrativo conforme determinou a alteração à Lei de Enquadramento Orçamental (Lei nº91/2001, de 20 de agosto) ocorrida em 2011. Neste sentido, o orçamento da IP integra o Orçamento do Estado estando obrigada à sua elaboração de acordo com as “Instruções para preparação do Orçamento do Estado”, as quais são aprovadas pela Secretaria de Estado do Orçamento e divulgadas por meio de circular da Direção-Geral do Orçamento (DGO).

De salientar que o orçamento da IP na ótica de contabilidade pública é, por princípio, consistente com o orçamento preparado na ótica económica, uma vez que o primeiro é consequência do segundo. Por sua vez, o orçamento em base económica incorpora as instruções e pressupostos emanados previamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Apesar da divulgação da circular com as instruções para a elaboração do orçamento por parte da DGO em contabilidade pública para o ano de 2016 já ter ocorrido (Circular Série A nº1379), o ano de 2016 iniciou-se com um Orçamento do Estado em regime de duodécimos (regime transitório) até à publicação formal da Lei do Orçamento do Estado para 2016 (Circular nº3/2015), situação nova para a IP. Não obstante a entrada em vigor daquele regime transitório a proposta de orçamento de 2016 da IP foi submetida de acordo com a circular n.º 1379.

Assim para 2016, e anos seguintes, teve-se em consideração a continuação do reforço dos mecanismos de controlo da despesa pública, designadamente, com as regras para assunção de compromissos por parte das entidades públicas reclassificadas (EPR).

Apesar do esforço para redução e racionalização da despesa e que culminou com um orçamento aprovado que reflete também o ativo processo de negociação com o Ministério da Tutela, a IP deparou-se com **a aplicação dos cativos** normalmente previstos no art.º 3 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016) mas também com uma **cativação extraordinária sobre determinadas rubricas orçamentais** (nº 13 do artigo 3º) e que vem condicionar fortemente a atividade da IP.

O montante de cativos aplicado à IP ascende, assim, a 418,9 milhões de euros o que, em algumas rubricas orçamentais, colocará em risco a execução de contratos em curso e já transitados de anos anteriores e que foram celebrados para garantir o exercício da sua atividade, nomeadamente na rubrica de conservação rododiferroviária (02.02.03. Conservação de Bens).

Para ultrapassar esta situação, e conforme estipulado artigo 8º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril, **a IP solicitou já autorização para a transição do saldo de 2015**, no montante de cerca de 416 milhões de euros, **assim como a descativação** total das verbas relativas a Concessões e Subconcessões e encargos de cobrança e a totalidade dos cativos adicionais impostos pela referida Lei **no total de 322,5 milhões de euros**.

Por outro lado, a IP tem vindo a deparar-se com algumas dificuldades na cobrança das suas principais fontes de financiamento, designadamente:

- *Fonte de Financiamento 319 (Indemnizações Compensatórias)* – até ao momento ainda não foi rececionada qualquer verba relativa a Indemnizações Compensatórias, apesar de já ter sido publicada a RCM 10-A/2016 que define o montante atribuído à empresa.
- *Fonte de Financiamento 311 (Contribuição do Serviço Rodoviário)* – desde a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado 2016, com a alteração introduzida na contabilização da receita consignada relativa à contribuição de serviço rodoviário, que passou a ser

considerada Receitas Gerais, a IP viu alterado o procedimento de transferência da CSR. Com efeito, este novo procedimento vem exigir uma carga administrativa adicional sobre a empresa e, conseqüentemente, dilatar no tempo a receção dos montantes a transferir pela DGO/AT.

- O orçamento de receita da IP comporta alguns riscos, dos quais se destaca a concretização da cedência temporária de exploração da IP Telecom (encaixe financeiro previsto de 90 M€), o que poderá igualmente colocar pressão adicional na execução orçamental na parte respeitante à despesa.

SALDO GLOBAL (NÃO CONSIDERANDO CATIVOS)

unidade: milhões de euros

	2015	2016		
	Real Março	Real Março	Orçamento Anual	% Realização
Receita Corrente	246,87	265,61	1.266,13	21%
Indemnizações Compensatórias			36,12	
PIDDAC	3,40		3,83	
Fundos Comunitários (inclui Devolução)	6,50	1,50	65,25	2%
Outros	-0,13	0,55	0,76	72%
Outra receita	9,78	2,05	105,97	2%
Despesa Corrente	515,31	530,30	2.368,25	22%
Outra despesa	0,15	0,15		
Défi ce Corrente	-258,81	-262,78	-996,15	26%
Défi ce Financiamento	-679,55	-54,95	-251,17	22%
Défi ce Total	-938,35	-317,73	-1.247,32	25%
Dotação de Capital	991,28	210,00	1.247,32	17%
Saldo Tesouraria inicial	151,04	416,14		
Saldo Tesouraria Final	203,96	308,41		
Receita Efetiva	256,81	267,72	1.373,02	19%
Despesa Efetiva	577,27	567,69	2.504,43	23%
Défi ce IP	-320,45	-299,96	-1.131,42	27%

Défi ce



6% - 2016/2015



27% realização - 2016/OE2016



Receita Efetiva

19% Receita Efetiva cobrada



Despesa Efetiva

23% Despesa Efetiva paga



Outras Transferências

2% Outras Transferências recebidas



Encargos com financiamento

22% Encargos com financiamento realizados

O saldo global de 2016 evidencia uma melhoria de 20,5 milhões de euros (-6%) face ao período homólogo de 2015 e atinge 27% de realização face ao previsto em OE2016.

RECEITA

unidade: milhões de euros

Receita	2015	2016		
	Real Março	Real Março	Orçamento Anual	% Realização
02. CSR	141,48	162,97	682,80	24%
04. Portagens e outras Taxas	76,66	74,85	335,70	22%
05. Juros e Dividendos	0,43	0,36	1,95	19%
06. Transferência Correntes	1,14	0,55	36,88	1%
07. Vendas e Prestação de Serviços	26,12	26,91	129,80	21%
08. Outras receitas Correntes	0,64	0,56	17,80	3%
09. Venda bens imobilizado	0,34		8,01	
10. Recebimentos PIDDAC e FC	9,91	1,50	70,01	2%
12. Empréstimos e Aumentos Capital	991,28	210,00	1.247,32	17%
13. Outros Recebimentos de Capital	0,11	0,01	90,07	0%
15. RNAPs	0,01			
16. Saldo Tesouraria	151,04	416,14		
17. Operações Tesouraria	-0,14			
TOTAL	1.399,00	893,87	2.620,34	34%

No que respeita à receita, salienta-se o desvio negativo de 505,1 milhões de euros face ao período homólogo, motivado sobretudo por:

- Recebimento de financiamento do Estado (dotações de capital) inferior ao verificado em 2015;

Face ao orçamento, a IP atingiu já 34% da receita prevista, motivado principalmente por:

- ✓ Recebimento da 1ª tranche de dotações de capital, no montante de 210 milhões de euros, permitindo fazer face ao serviço da dívida e às despesas com as Parcerias Público-Privadas;
- ✓ Recebimento de verbas relativas à CSR tal como estava previsto;
- ✓ Saldo de tesouraria transitado de 2015 no montante de 416 milhões de euros.

DESPESA

unidade: milhões de euros

Despesa	2015	2016		
	Real Março	Real Março	Orçamento Anual	% Realização
01. Pessoal	26,03	26,53	120,76	22%
02. FSE	42,20	49,26	356,21	14%
02. Conservação Ferroviária	11,10	10,43	92,16	11%
02. Conservação Rodoviária	11,82	19,59	101,98	19%
02. Outros FSE	19,29	19,24	162,07	12%
03. Juros	61,96	37,39	135,26	28%
04. Transferências Correntes	0,46	0,01	2,01	0%
05. Subsídios	0,00		0,01	
06. Outras Despesas Correntes	3,11	0,02	67,35	0%
07. Investimentos	443,51	454,48	1.821,91	25%
07.01. Investimentos Funcionamento	0,51	0,37	16,82	2%
07.01. Concessões Rodoviários	407,16	437,56	1.659,22	26%
07.01. Investimentos Rodoviários	21,42	6,90	38,29	18%
07.03. Investimentos Ferroviários	14,42	9,65	107,58	9%
08. Transferência Capital			0,92	
09. Ativos Financeiro			10,45	
10. Passivos Financeiros	617,62	17,62	105,45	17%
12. Operações Tesouraria	0,15	0,15		
TOTAL	1.195.036	585.456	2.620,34	22%

Relativamente à despesa, verifica-se um desagrevamento de cerca de 609 milhões de euros (-51%) face ao período homólogo de 2015, motivado principalmente pelo reembolso do Eurobond 05/15 efetuado em março de 2015, no montante de 600 milhões de euros.

No total da despesa de 2016, cerca de 585,46 milhões de euros, as rubricas com maior peso são as Concessões Rodoviárias (75%), o Serviço da Dívida (9%), os FSE's onde se incluem a Conservação Rodoviária e Ferroviária (8%), o Pessoal (5%) e os Investimentos Rodoviários e Ferroviários (2% cada). Face ao previsto em sede de OE2016, são também aquelas duas primeiras rubricas as que mais peso têm na realização verificada no 1º trimestre de 2016.

Relativamente ao serviço da dívida (rubrica 03. Juros e 10. Passivos Financeiros), a componente de juros reduz cerca de 40% face ao período homólogo (cerca de 24,6 milhões de euros), em resultado da diminuição progressiva do stock de dívida que tem sido refinanciado através de operações de aumento de capital.

Os FSE's apresentam uma realização de apenas 14%, cerca de 49,6 milhões de euros, face ao previsto em orçamento, motivado principalmente pela não execução de alguns contratos inicialmente previstos, nomeadamente aquisição de materiais (para aplicação em obras de manutenção e investimento), empreitadas de manutenção rodo ferroviária, trabalhos especializados e concessão de transportes. Face ao período homólogo, verifica-se uma subida dos valores executados.

A rubrica de Concessões Rodoviárias verifica uma realização de 26% face ao previsto em sede de OE2016 e uma subida face ao período homólogo, refletindo os pagamentos de reconciliação relativos ainda ao ano de 2015 decorrentes das renegociações dos contratos.

Quanto às rubricas de Investimentos Rodoviários e Ferroviários, verifica-se uma realização de apenas 18% e 9% respetivamente face ao previsto em sede de OE2016.

Relativamente à rubrica de despesas com Pessoal, verifica-se uma realização (22%) de acordo com as previsões e em linha com o verificado no período homólogo.

7. RESULTADO FINANCEIRO E DÍVIDA

Para a análise dos resultados financeiros considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global, que parte da Demonstração de Rendimento Integral e ignora os movimentos contabilísticos (réditos) com reflexo na Demonstração da Posição Financeira relacionados com i) o débito de juros ao Concedente (no caso da ferrovia) e ii) com a capitalização de juros relacionados com as PPP (no caso da rodovia). Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida e risco da empresa.

No quadro abaixo detalha-se a performance financeira:

valores em milhões de euros

Resultado Financeiro	março de 2016				
	Real 2015	Real 2016	Orç. 2016	Desvio (real 16 vs orç)	% (real 16 vs orç)
Resultado Financeiro da Atividade Investimento	-32,8	-27,2	-24,1	-3,1	13%
Ganhos financeiros					
Perdas financeiras*	-32,8	-27,2	-24,1	-3,1	13%
Resultado Financeiro da Atividade Gestão de Infraestruturas	-18,0	-12,1	-15,9	3,8	-24%
Ganhos financeiros	0,0	0,1		0,1	
Perdas financeiras	-18,0	-12,2	-15,9	3,7	-24%
Resultado Financeiro Alta Prestação	-77,5	-69,7	-71,0	1,2	-2%
Ganhos financeiros					
Perdas financeiras - Subconcessões	-58,9	-57,0	-58,0	1,0	-2%
Perdas financeiras - Concessões do Estado	-18,6	-12,7	-12,9	0,2	-2%
Resultado Financeiro Gestão Rede Rodoviária		-0,8	-1,0	0,2	-21%
Ganhos financeiros					
Perdas financeiras		-0,8	-1,0	0,2	-21%
Resultado Financeiro Global	-128,2	-109,8	-111,9	2,1	-2%
Valor imputado - Concedente Estado*	32,8	27,2	24,1		
Resultado Financeiro (Demonstração de Rendimento Integral)	-95,4	-82,6	-87,8	2,1	-6%

No 1º Trimestre de 2016, o Resultado Financeiro Global fixou-se em – 109,8 milhões de euros. Este Resultado é decomposto pelas seguintes parcelas:

- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Investimento (ILD): - 27,2 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Gestão de Infraestruturas (GI): - 12,1 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Alta Prestação: - 69,7 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Gestão de Rede Rodoviária: - 0,8 milhões de euros.

Da análise comparativa com o período homólogo de 2015 constata-se uma melhoria no montante de 18,4 milhões de euros no Resultado Financeiro Global. Face ao orçamento, o Resultado Financeiro Global não registou desvio significativo.

Esta variação resultou essencialmente do Resultado Financeiro afeto à Alta Prestação e à Atividade de Investimento, que no período homólogo de 2015 apresentavam um resultado negativo de, respetivamente, 77,5 milhões de euros e 32,8 milhões de euros. Para estas melhorias contribuiu essencialmente a diminuição do stock de dívida afeto a estas atividades resultante da política de refinanciamento do serviço da dívida através de aumentos de capital preconizada pelo accionista.

No final do 1º Trimestre de 2016 a dívida financeira, em termos nominais, ascendia assim, a 8.229 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 105 milhões de euros face ao período homólogo de 2015 e uma redução de 17,6 milhões de euros face a dezembro de 2015.

Para a redução da dívida financeira entre dezembro de 2015 e março de 2016 contribuíram as amortizações de empréstimos BEI no montante de 17,6 milhões de euros;

De referir que as amortizações de capital ocorridas no 1º trimestre, acrescidas do montante de juros vencidos à data (36,6 milhões de euros), foram cobertas por um aumento de capital realizado pelo acionista no montante de 210 milhões de euros.

Até ao final do ano, estão previstas operações de aumento de capital adicionais, sendo 3.418 milhões por conversão de serviço da dívida referente aos empréstimos do Estado e 1.037 milhões de euros em numerário para cobertura do restante serviço da dívida e investimento. Assim, em 2016, a IP perspetiva ver o seu capital social aumentado em 4.666 milhões de euros, conforme previsto em sede de Orçamento do Estado.

Almada, 23 de maio de 2016

O Conselho de Administração Executivo

Presidente António Manuel Palma Ramalho

Vice - Presidente José Saturnino Sul Serrano Gordo

Vice - Presidente José Luís Ribeiro dos Santos

Vogal Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

Vogal Adriano Rafael de Sousa Moreira

Vogal José Carlos de Abreu e Couto Osório

8. ANEXOS

I. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

(milhares de euros)

Demonstração da Posição Financeira	31.03.2016	31.12.2015
Não corrente		
Ativos fixos tangíveis	58.649	55.928
Propriedades de investimento	114	115
Ativos intangíveis	19.809.514	19.626.321
Investimentos em subsidiárias	8.909	8.909
Clientes	17.107	17.107
Ativos por impostos diferidos	120.836	117.636
Ativos financeiros disponíveis para venda	32	32
	20.015.161	19.826.048
Corrente		
Inventários	50.001	49.245
Clientes	104.598	100.797
Adiantamentos a fornecedores	-	27.522
Concedente - Estado - Conta a receber	5.435.649	5.407.589
Ativo por imposto corrente	21.348	21.373
Estado e outros entes públicos	1.013.496	1.017.687
Empréstimos concedidos	-	-
Outras contas a receber	318.754	186.764
Diferimentos	512	512
Ativos não correntes detidos para venda	3	3
Caixa e equivalentes de caixa	310.203	422.848
	7.254.565	7.234.340
Total do ativo	27.269.726	27.060.388

(Continua)

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

(milhares de euros)

Demonstração da Posição Financeira	31.03.2016	31.12.2015
Capital próprio		
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital		
Capital realizado	3.305.375	3.095.375
Reservas	4	4
Resultados transitados	12.536	-
	-	3.095.379
Resultado líquido do período	10.652	12.536
Total do capital próprio	3.328.567	3.107.915
Passivo		
Não corrente		
Provisões	857.571	857.606
Financiamentos obtidos	3.403.409	3.420.846
Financiamento accionista/ Suprimentos	1.478.345	1.478.345
Outras contas a pagar	3.457.457	2.998.086
Diferimentos	10.746.603	10.764.155
Passivo por impostos diferidos	179	179
	19.943.564	19.519.217
Corrente		
Fornecedores	95.156	38.111
Adiantamentos de clientes	7.542	-
Estado e outros entes públicos	11.599	6.371
Passivos para imposto corrente	-	-
Financiamentos obtidos	151.124	155.416
Financiamento accionista/ Suprimentos	3.365.563	3.347.598
Outras contas a pagar	356.450	875.597
Diferimentos	10.161	10.164
	3.997.595	4.433.257
Total do passivo	23.941.159	23.952.474
Total do capital próprio e do passivo	27.269.726	27.060.388

II. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

(milhares de euros)

Demonstração do rendimento integral	31.03.2016	31.03.2015
Vendas e serviços prestados	266.266	270.409
Subsídios à exploração	10.163	7.787
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(48.091)	(64.885)
Fornecimentos e serviços externos	(56.187)	(53.687)
Gastos com o pessoal	(29.812)	(27.952)
Provisões (aumentos/ reduções)	(2.820)	(606)
Outros rendimentos e ganhos	22.011	20.020
Outros gastos e perdas	(1.150)	(953)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	160.379	150.132
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(65.434)	(46.201)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	94.945	103.931
Juros e rendimentos similares obtidos	27.275	32.820
Juros e gastos similares suportados	(109.868)	(128.268)
Resultados antes de impostos	12.352	8.482
Imposto sobre o rendimento do período	(1.700)	(2.080)
Resultado líquido do exercício	10.652	6.402

III. MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)				
1 90 01 00	014 054	3.1.1.1	3.03.3	01.01.02	00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	235	00000.00000	146 217						146 217	146 217			
				01.01.03	00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PU	235	00000.00000	3 090 285						3 090 285	3 090 285			
				01.01.04	00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REG DE CONTRATO IND	235	00000.00000	18 370 646						18 370 646	18 370 646			
				01.01.06	00.00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	235	00000.00000	155 256						155 256	155 256			
				01.01.09	00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	235	00000.00000	23 018						23 018	23 018			
				01.01.11	00.00	REPRESENTAÇÃO	235	00000.00000	63 760						63 760	63 760			
				01.01.12	00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	235	00000.00000	979 266						979 266	979 266			
				01.01.13	00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	235	00000.00000	1 679 572						1 679 572	1 679 572			
				01.01.14	SF.00	SUBSIDIO FERIAS	235	00000.00000	3 537 795						3 537 795	3 537 795			
					SN.00	SUBSIDIO NATAL	235	00000.00000	1 983 298						1 983 298	1 983 298			
				01.01.15	00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/P	235	00000.00000	32 511						32 511	32 511			
				Total do Subagrupamento 01 :						30 061 624					30 061 624	30 061 624			
				01.02.02	00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	235	00000.00000	772 788						772 788	772 788			
				01.02.04	00.00	AJUDAS DE CUSTO	235	00000.00000	193 420						193 420	193 420			
				01.02.05	00.00	ABONO P/ FALHAS	235	00000.00000	458						458	458			
				01.02.06	00.00	FORMAÇÃO	235	00000.00000	41 289						41 289	41 289			
				01.02.09	00.00	SUBSIDIO DE PREVENÇÃO	235	00000.00000	200 812						200 812	200 812			
				01.02.10	00.00	SUBSIDIO DE TRABALHO NOTURNO	235	00000.00000	496 291						496 291	496 291			
				01.02.12	00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	235	00000.00000	4 474 513						4 474 513	4 474 513			
				01.02.14	00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	235	00000.00000	894 454						894 454	894 454			
				Total do Subagrupamento 02 :						7 074 025					7 074 025	7 074 025			
				01.03.03	00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	235	00000.00000	169 301						169 301	169 301			
				01.03.05	A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	235	00000.00000	934 262						934 262	934 262			
					A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	235	00000.00000	7 055 497						7 055 497	7 055 497			
				01.03.06	00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSI	235	00000.00000	201 690						201 690	201 690			
				01.03.08	00.00	OUTRAS PENSÕES	235	00000.00000	248 919						248 919	248 919			
				01.03.09	00.00	SEGUROS	235	00000.00000	697 667						697 667	697 667			
				Total do Subagrupamento 03 :						9 307 336					9 307 336	9 307 336			
				Total do Agrupamento 01 :						46 442 985					46 442 985	46 442 985			
				02.01.01	00.00	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS	235	00000.00000	184 500	137 474				47 026	47 026				
				02.01.02	00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	235	00000.00000	591 517	440 750				150 767	150 767				
				02.01.04	00.00	LIMPEZA E HIGIENE	235	00000.00000	10 420	7 764				2 656	2 656				
				02.01.07	00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	235	00000.00000	193 762	144 376				49 386	49 386				
				02.01.08	00.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	235	00000.00000	45 710	34 060				11 650	11 650				
				02.01.17	00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	235	00000.00000	29 305	21 836				7 469	7 469				
				02.01.18	00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	235	00000.00000	6 859	5 111				1 748	1 748				
				Total do Subagrupamento 01 :						1 062 073	791 371				270 702	270 702			
				02.02.01	00.00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	235	00000.00000	2 523 534	1 880 332				643 202	643 202				
				02.02.02	00.00	LIMPEZA E HIGIENE	235	00000.00000	309 929	230 934				78 995	78 995				
				02.02.03	00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	235	00000.00000	2 071 153	1 543 255				527 898	527 898				
				02.02.05	A0.00	HARDWARE INFORMÁTICO	235	00000.00000	125 617	93 600				32 017	32 017				
				02.02.06	00.00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	235	00000.00000	288 851	215 228				73 623	73 623				
				02.02.08	00.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	235	00000.00000	227 193	169 286				57 907	57 907				
				02.02.09	A0.00	ACESSOS A INTERNET	235	00000.00000	191 227	142 487				48 740	48 740				
					CO.00	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ	235	00000.00000	47 006	35 025				11 981	11 981				
					DO.00	COMUNICACOES MOVEIS	235	00000.00000	29 649	22 092				7 557	7 557				
					EO.00	OUTROS SERVICOS CONEXOS DE COMUNICACOES	235	00000.00000	14 762	10 999				3 763	3 763				
					FO.00	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	235	00000.00000	14	10				4	4				
				02.02.10	00.00	TRANSPORTES	235	00000.00000	2 783 286	2 073 878				709 408	709 408				
				02.02.11	00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	235	00000.00000	37 998	28 313				9 685	9 685				
				02.02.12	00.00	OUTRAS	235	00000.00000	21 251	15 835				5 416	5 416				
				02.02.13	00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	235	00000.00000	187 006	139 342				47 664	47 664				

(16)=(12)/(7-8)*100

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)				
1 90 01 00	014 054	3.1.1.1	3.03.3	02.02.14	B0.00	OUTROS	235	00000.00000	1 717 565	1 279 790				437 775	437 775				
				02.02.15	B0.00	OUTRAS	235	00000.00000	210 017	156 488				53 529	53 529				
				02.02.17	00.00	PUBLICIDADE	235	00000.00000	128 808	95 977				32 831	32 831				
				02.02.18	00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	235	00000.00000	1 846 422	1 375 803				470 619	470 619				
				02.02.19	B0.00	SOFTWARE INFORMÁTICO	235	00000.00000	1 096 909	817 327				279 582	279 582				
				02.02.20	A0.00	SERVICOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	235	00000.00000	666 658	496 739				169 919	169 919				
					C0.00	OUTROS	235	00000.00000	2 054 603	1 530 923				523 680	523 680				
				02.02.24	00.00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	235	00000.00000	15 374 333	11 455 701				3 918 632	3 918 632				
				02.02.25	00.00	OUTROS SERVIÇOS	235	00000.00000	3 864 532	2 879 535				984 997	984 997				
				Total do Subagrupamento 02 :					35 818 323	26 688 899				9 129 424	9 129 424				
				Total do Agrupamento 02 :					36 880 396	27 480 270				9 400 126	9 400 126				
				03.01.14	00.00	RESTO DO MUNDO - UE INSTITUIÇÕES	235	00000.00000	11 942 476					11 942 476	11 942 476				
				Total do Subagrupamento 01 :					11 942 476					11 942 476	11 942 476				
				03.02.01	00.00	DESPESAS DIVERSAS	235	00000.00000	554 690					554 690	554 690				
				Total do Subagrupamento 02 :					554 690					554 690	554 690				
				03.06.01	00.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	235	00000.00000	1 102 615					1 102 615	1 102 615				
				Total do Subagrupamento 06 :					1 102 615					1 102 615	1 102 615				
				Total do Agrupamento 03 :					13 599 781					13 599 781	13 599 781				
				04.01.02	00.00	PRIVADAS	235	00000.00000	824 511					824 511	824 511				
				Total do Subagrupamento 01 :					824 511					824 511	824 511				
				04.03.05	59.03	FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIARIO ARM	235	00000.00000	60 617					60 617	60 617				
				Total do Subagrupamento 03 :					60 617					60 617	60 617				
				04.07.03	00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS - SUBSI	235	00000.00000	26 465					26 465	26 465				
				Total do Subagrupamento 07 :					26 465					26 465	26 465				
				04.09.02	00.00	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSE	235	00000.00000	26 175					26 175	26 175				
				04.09.03	00.00	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORG	235	00000.00000	10 662					10 662	10 662				
				Total do Subagrupamento 09 :					36 837					36 837	36 837				
				Total do Agrupamento 04 :					948 430					948 430	948 430				
				05.07.01	00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	235	00000.00000	3 063					3 063	3 063				
				Total do Subagrupamento 07 :					3 063					3 063	3 063				
				Total do Agrupamento 05 :					3 063					3 063	3 063				
				06.02.01	B0.00	OUTRAS TAXAS	235	00000.00000	1 588 648					1 588 648	1 588 648				
				06.02.03	A0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	235	00000.00000	2 152					2 152	2 152				
				Total do Subagrupamento 02 :					1 590 800					1 590 800	1 590 800				
				Total do Agrupamento 06 :					1 590 800					1 590 800	1 590 800				
				Total da Fonte de Financiamento 311 :					99 465 455	27 480 270				71 985 185	71 985 185				
	4.8.0		3.03.3	02.02.25	00.00	OUTROS SERVIÇOS	235	00000.00000	268 630	200 519				68 111	68 111				
				Total do Subagrupamento 02 :					268 630	200 519				68 111	68 111				
				Total do Agrupamento 02 :					268 630	200 519				68 111	68 111				
				Total da Fonte de Financiamento 480 :					268 630	200 519				68 111	68 111				
	5.1.0		3.03.3	01.01.02	00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	235	00000.00000			53 554	53 331		53 331	- 53 554	- 53 331	223		
				01.01.03	00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PU	235	00000.00000			1 046 399	841 273		841 273	- 1 046 399	- 841 273	205 126		
				01.01.04	00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REG DE CONTRATO IND	235	00000.00000			6 309 499	5 519 654		5 519 654	- 6 309 499	- 5 519 654	789 845		
				01.01.06	00.00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	235	00000.00000			41 105	27 462		27 462	- 41 105	- 27 462	13 642		
				01.01.09	00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	235	00000.00000			6 094				- 6 094		6 094		
				01.01.10	00.00	GRATIFICAÇÕES	235	00000.00000			63 362	57 007		57 007	- 63 362	- 57 007	6 356		
				01.01.11	00.00	REPRESENTAÇÃO	235	00000.00000			15 940	700		700	- 15 940	- 700	15 240		
				01.01.13	00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	235	00000.00000			620 579	598 405		598 405	- 620 579	- 598 405	22 174		
				01.01.14	SF.00	SUBSIDIO FERIAS	235	00000.00000			890 070	176 000		176 000	- 890 070	- 176 000	714 070		
				SN.00		SUBSIDIO NATAL	235	00000.00000			498 512	495 746		495 746	- 498 512	- 495 746	2 765		

(16)=(12)/(7-8)*100

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar		
Sec.Cap.Div.sdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)			
1 90 01 00	014 054	5.1.0	3.03.3	03.01.14	00.00	RESTO DO MUNDO - UE INSTITUIÇÕES	235	00000.00000											
				Total do Subagrupamento 01 :															
				03.05.02	00.00	OUTROS	235	00000.00000			7 971	68	68	- 7 971	- 68	7 903			
				Total do Subagrupamento 05 :							7 971	68	68	- 7 971	- 68	7 903			
				03.06.01	00.00	OUTROS ENCARGOS FINANCIEROS	235	00000.00000			275 541	218 295	218 295	- 275 541	- 218 295	57 246			
				Total do Subagrupamento 06 :							275 541	218 295	218 295	- 275 541	- 218 295	57 246			
				Total do Agrupamento 03 :							283 512	218 363	218 363	- 283 512	- 218 363	65 149			
				04.01.02	00.00	PRIVADAS	235	00000.00000			87 111		5 966	- 87 111	- 5 966	81 144			
				Total do Subagrupamento 01 :							87 111		5 966	- 87 111	- 5 966	81 144			
				04.07.03	00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS - SUBSI	235	00000.00000			112 831			- 112 831		112 831			
				Total do Subagrupamento 07 :							112 831			- 112 831		112 831			
				04.08.02	00.00	OUTRAS	235	00000.00000			5		5	- 5	- 5				
				Total do Subagrupamento 08 :							5		5	- 5	- 5				
				Total do Agrupamento 04 :							199 947		5 971	- 199 947	- 5 971	193 976			
				06.02.01	00.00	IMPOSTOS E TAXAS	235	00000.00000			189 617	5 442	271	- 189 617	- 5 713	183 904			
				06.02.03	A0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	235	00000.00000	17 069 999		560			17 069 439	17 069 999	560			
					R0.00	RESERVA	957	00000.00000	31 882 832	31 882 832									
				Total do Subagrupamento 02 :					48 952 831	31 882 832	190 177	5 442	271	5 713	16 879 822	17 064 286	184 464		
				Total do Agrupamento 06 :					48 952 831	31 882 832	190 177	5 442	271	5 713	16 879 822	17 064 286	184 464		
				10.06.14	00.00	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTI	235	00000.00000	13 377 267					13 377 267	13 377 267				
				Total do Subagrupamento 06 :					13 377 267					13 377 267	13 377 267				
				Total do Agrupamento 10 :					13 377 267					13 377 267	13 377 267				
				Total da Fonte de Financiamento 510 :					62 330 098	31 882 832	26 336 193	15 410 395	1 108 185	16 518 580	4 111 073	13 928 686	9 817 613	54	
				Total da Medida 054 :					162 064 183	59 563 621	26 336 193	15 410 395	1 108 185	16 518 580	76 164 369	85 981 982	9 817 613	20	
055	3.1.1	3.03.4	01.01.02	00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	238	00000.00000	235 218					235 218	235 218					
			01.01.11	00.00	REPRESENTAÇÃO	238	00000.00000	102 571					102 571	102 571					
			01.01.12	00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	238	00000.00000	1 575 341					1 575 341	1 575 341					
			01.01.13	00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	238	00000.00000	2 701 920					2 701 920	2 701 920					
			01.01.14	SF.00	SUBSIDIO FERIAS	238	00000.00000	4 384 488					4 384 488	4 384 488					
				SN.00	SUBSIDIO NATAL	238	00000.00000	3 190 522					3 190 522	3 190 522					
			01.01.15	00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/P	238	00000.00000	52 301					52 301	52 301					
			Total do Subagrupamento 01 :					12 242 361						12 242 361	12 242 361				
			01.02.02	00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	238	00000.00000	1 243 181					1 243 181	1 243 181					
			01.02.04	00.00	AJUDAS DE CUSTO	238	00000.00000	311 154					311 154	311 154					
			01.02.05	00.00	ABONO P/ FALHAS	238	00000.00000	737					737	737					
			01.02.06	00.00	FORMAÇÃO	238	00000.00000	66 421					66 421	66 421					
			01.02.09	00.00	SUBSIDIO DE PREVENÇÃO	238	00000.00000	323 046					323 046	323 046					
			01.02.10	00.00	SUBSIDIO DE TRABALHO NOTURNO	238	00000.00000	798 381					798 381	798 381					
			01.02.12	00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	238	00000.00000	7 198 130					7 198 130	7 198 130					
			01.02.14	00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	238	00000.00000	1 438 904					1 438 904	1 438 904					
			Total do Subagrupamento 02 :					11 379 954						11 379 954	11 379 954				
			01.03.03	00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	238	00000.00000	272 354					272 354	272 354					
			01.03.05	A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	238	00000.00000	1 502 943					1 502 943	1 502 943					
				A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	238	00000.00000	11 350 147					11 350 147	11 350 147					
			01.03.06	00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSI	238	00000.00000	324 457					324 457	324 457					
			01.03.09	00.00	SEGUROS	238	00000.00000	1 122 334					1 122 334	1 122 334					
			Total do Subagrupamento 03 :					14 572 235						14 572 235	14 572 235				
			Total do Agrupamento 01 :					38 194 550						38 194 550	38 194 550				
			02.01.01	00.00	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS	238	00000.00000	20 908 151	15 579 052				5 329 099	5 329 099					
			Total do Subagrupamento 01 :					20 908 151	15 579 052					5 329 099	5 329 099				

(16)=(12)/(7-8)*100

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros	
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar			
Sec.Cap.Div.sdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)			
1 90 01 00	014 055	7.1.0	3.03.4	02.02.01	00.00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	238	00000.00000			8 753 160	1 928 113	2 055 573	3 983 685	- 8 753 160	- 3 983 685	4 769 475			
				02.02.09	D0.00	COMUNICACOES MOVEIS	238	00000.00000			68 356		6 509	6 509	- 68 356	- 6 509	61 847			
					E0.00	OUTROS SERVICOS CONEXOS DE COMUNICACOES	238	00000.00000			6 593	285	1 040	1 325	- 6 593	- 1 325	5 268			
					F0.00	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	238	00000.00000												
				02.02.10	00.00	TRANSPORTES	238	00000.00000			756 697	52 428	556 614	609 042	- 756 697	- 609 042	147 655			
				02.02.11	00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	238	00000.00000			4 924	177	80	257	- 4 924	- 257	4 667			
				02.02.17	00.00	PUBLICIDADE	238	00000.00000			163 564		6 841	6 841	- 163 564	- 6 841	156 723			
				Total do Subagrupamento 02 :							9 753 294	1 981 003	2 626 656	4 607 659	- 9 753 294	- 4 607 659	5 145 635			
				Total do Agrupamento 02 :							28 535 115	2 735 330	6 054 871	8 790 201	- 28 535 115	- 8 790 201	19 744 915			
				04.01.02	00.00	PRIVADAS	238	00000.00000			81 095		3 516	3 516	- 81 095	- 3 516	77 579			
				Total do Subagrupamento 01 :							81 095		3 516	3 516	- 81 095	- 3 516	77 579			
				04.09.02	00.00	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - PAÍSE	238	00000.00000			45		45	45	- 45	- 45				
				Total do Subagrupamento 09 :							45		45	45	- 45	- 45				
				Total do Agrupamento 04 :							81 140		3 561	3 561	- 81 140	- 3 561	77 579			
				06.02.03	A0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238	00000.00000												
				Total do Subagrupamento 02 :																
				Total do Agrupamento 06 :																
				07.01.04	00.00	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	238	00000.00000			16 111				- 16 111		16 111			
				07.01.06	00.00	MATERIAL DE TRANSPORTE	238	00000.00000			5 802		2 571	2 571	- 5 802	- 2 571	3 231			
				07.01.07	B0.B0	OUTROS	238	00000.00000			23 735		16 082	16 082	- 23 735	- 16 082	7 652			
				07.01.08	B0.B0	OUTROS	238	00000.00000												
				07.01.10	B0.B0	OUTROS	238	00000.00000			1 639 668		136 122	136 122	- 1 639 668	- 136 122	1 503 546			
				07.01.11	00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	238	00000.00000			194 047		3 818	3 818	- 194 047	- 3 818	190 229			
				Total do Subagrupamento 01 :							1 879 363		158 594	158 594	- 1 879 363	- 158 594	1 720 769			
				Total do Agrupamento 07 :							1 879 363		158 594	158 594	- 1 879 363	- 158 594	1 720 769			
				Total da Fonte de Financiamento 710 :							45 765 160	14 383 445	6 217 026	20 600 470	- 45 765 160	- 20 600 470	25 164 690			
				Total da Medida 055 :							427 094 237	48 168 936	124 627 019	74 708 854	8 739 361	83 448 215	254 298 282	295 477 086	41 178 804	
	079	5.1.0	3.03.3	02.02.24	00.00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	235	00000.00000			24 094 792		6 441 629	2 465 597	782 859	1 002 578	15 187 566	16 650 585	1 463 019	
				Total do Subagrupamento 02 :							24 094 792		6 441 629	2 465 597	782 859	219 719	1 002 578	15 187 566	16 650 585	1 463 019
				Total do Agrupamento 02 :							24 094 792		6 441 629	2 465 597	782 859	219 719	1 002 578	15 187 566	16 650 585	1 463 019
				Total da Fonte de Financiamento 510 :							24 094 792		6 441 629	2 465 597	782 859	219 719	1 002 578	15 187 566	16 650 585	1 463 019
				Total da Medida 079 :							24 094 792		6 441 629	2 465 597	782 859	219 719	1 002 578	15 187 566	16 650 585	1 463 019
				Total do Programa 014 :							613 253 212	114 174 186	153 428 809	90 902 108	10 067 264	100 969 373	345 650 217	398 109 653	52 459 436	20
				Total da Subdivisão 00 :							613 253 212	114 174 186	153 428 809	90 902 108	10 067 264	100 969 373	345 650 217	398 109 653	52 459 436	20
				Total da Secretaria de Estado 1 :							613 253 212	114 174 186	153 428 809	90 902 108	10 067 264	100 969 373	345 650 217	398 109 653	52 459 436	20

(16)=(12)/(7-8)*100

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Class. Func.	Classificação Económica			Act.	Projecto Região	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau %	Erros
				Código	Al.Sub.	Designação						do Ano	de Anos Ant.	Total	Dotação não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar		
Sec.Cap.Div.sdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)			
8 90 01 00	014 055	4.3.3	3.03.4	07.03.03	00.00	000	08259.00001				395 884				- 395 884				
						000	09674.00001	23 679 248							23 679 248				
						000	09667.00001	21 674 760							21 674 760				
								Total do Subagrupamento 03 :			395 884				44 958 124			395 884	
								Total do Agrupamento 07 :			395 884				44 958 124			395 884	
								Total da Fonte de Financiamento 433 :			395 884				44 958 124			395 884	
		5.1.0	3.03.4	02.02.03	00.00	000	09669.00001	92 163 044	22 653 362						69 509 682				
								Total do Subagrupamento 02 :							69 509 682				
								Total do Agrupamento 02 :							69 509 682				
				07.03.01	00.00	000	09676.00001	4 890 172	611 272						4 278 900				
						000	08259.00001				610 621	365 332	238 207	603 539	- 610 621			7 083	
						000	08259.00001				258 417	29 592	87 731	117 323	- 258 417			141 094	
						000	09669.00001	6 567 713	820 964						5 746 749				
						000	09675.00001	2 011 218	251 402						1 759 816				
						000	09667.00001	3 073 665	384 208						2 689 457				
						000	09675.00001	13 541 310	1 692 664						11 848 646				
						000	08259.00001				67 135 758	7 456 842	7 225 360	14 682 202	- 67 135 758			52 453 556	
						000	09669.00001	20 405 232	2 550 654						17 854 578				
						000	09674.00001	7 904 181	988 023						6 916 158				
								Total do Subagrupamento 03 :			68 004 796	7 851 765	7 551 298	15 403 063	- 16 910 492			52 601 733	30
								Total do Agrupamento 07 :			68 004 796	7 851 765	7 551 298	15 403 063	- 16 910 492			52 601 733	30
				08.09.01	00.00	000	09667.00001	922 030	115 254						806 776				
								Total do Subagrupamento 09 :							806 776				
								Total do Agrupamento 08 :							806 776				
								Total da Fonte de Financiamento 510 :			68 004 796	7 851 765	7 551 298	15 403 063	53 405 966			106 007 699	13
								Total da Medida 055 :			71 800 680	7 976 494	8 572 976	16 549 471	98 317 154			153 568 364	28
		079	3.1.1	3.03.3	07.01.13	000	08381.00001	421 282 951	52 660 369						368 622 582				
								Total do Subagrupamento 01 :							368 622 582				
								Total do Agrupamento 07 :							368 622 582				
								Total da Fonte de Financiamento 311 :							368 622 582				
						000	08381.00001	1 237 940 888	154 742 611		793 288 797	437 054 577	507 809	437 562 386	289 909 481			645 635 891	40
								Total do Subagrupamento 01 :			793 288 797	437 054 577	507 809	437 562 386	289 909 481			645 635 891	40
								Total do Agrupamento 07 :			793 288 797	437 054 577	507 809	437 562 386	289 909 481			645 635 891	40
								Total da Fonte de Financiamento 510 :			793 288 797	437 054 577	507 809	437 562 386	289 909 481			645 635 891	40
								Total da Medida 079 :			991 298 979	459 667 929	24 668 499	484 336 428	711 088 147			1 218 050 698	28
								Total do Programa 014 :			991 298 979	459 667 929	24 668 499	484 336 428	711 088 147			1 218 050 698	28
								Total da Subdivisão 00 :			991 298 979	459 667 929	24 668 499	484 336 428	711 088 147			1 218 050 698	28
								Total da Secretaria de Estado 8 :			991 298 979	459 667 929	24 668 499	484 336 428	711 088 147			1 218 050 698	28

TOTAL GERAL								2 620 337 901	418 871 749	1 144 727 788	550 570 038	34 735 763	585 305 801	1 056 738 364	1 616 160 351	559 421 987	27	
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------------	-------------	---------------	-------------	------------	-------------	---------------	---------------	-------------	----	--

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.

Ano: 2016 Mês: MARÇO

O Responsável,

Em ____ de Abril de 2016

O Conselho de Administração,

Em ____ de _____ de 2016

LEGENDA

Códigos de Erro:

- a) O TOTAL DE COMPROMISSOS NÃO PODE SER SUPERIOR À DOTAÇÃO CORRIGIDA
- b) AS DESPESAS PAGAS NÃO PODEM SER SUPERIORES AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS
- c) A DESPESA PAGA NÃO PODE SER SUPERIOR À DOTAÇÃO CORRIGIDA

IV. MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
1	90	01	00	014	054	5.1.0													
							02.01.01	00.00	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS	178 201 617									
							Total do Grupo 01 :			178 201 617									
							Total do Capítulo 02 :			178 201 617									
							04.01.17	00.00	TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. COM	2 026 500	1 450 685	474 439	477 727		477 727		1 447 397	24	
							04.01.99	00.00	TAXAS DIVERSAS	437 000	518	120	28		28		610		
							Total do Grupo 01 :			2 463 500	1 451 203	474 559	477 755		477 755		1 448 006	19	
							04.02.01	00.00	JUROS DE MORA	49 000	299 779						299 779		
							04.02.04	00.00	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAC	336 000	671	637	140		140		1 167		
							Total do Grupo 02 :			385 000	300 450	637	140		140		300 946		
							Total do Capítulo 04 :			2 848 500	1 751 653	475 195	477 896		477 896		1 748 952	17	
							05.02.01	00.00	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FIN	500		13 418	13 330		13 330		89	**** a)	
							Total do Grupo 02 :			500		13 418	13 330		13 330		89	****	
							05.03.01	00.00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	80 000									
							Total do Grupo 03 :			80 000									
							05.11.01	00.00	ATIVOS INCORPÓREOS	2 000 000	75 232	416 182	298 177	9 294	307 472		307 472	183 942	15
							Total do Grupo 11 :			2 000 000	75 232	416 182	298 177	9 294	307 472		307 472	183 942	15
							Total do Capítulo 05 :			2 080 500	75 232	429 601	311 507	9 294	320 801		184 031	15	
							06.02.02	00.00	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS D	2 845 000	1 171 786	9 456		209 526	209 526		971 717	7	
							Total do Grupo 02 :			2 845 000	1 171 786	9 456		209 526	209 526		971 717	7	
							06.03.07	00.00	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	90 000									
							Total do Grupo 03 :			90 000									
							06.08.01	00.00	FAMÍLIAS	100 000		268 076	268 076		268 076		268	a)	
							Total do Grupo 08 :			100 000		268 076	268 076		268 076		268		
							Total do Capítulo 06 :			3 035 000	1 171 786	277 532	268 076	209 526	477 602		971 717	16	
							07.01.02	00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2 000									
							07.01.06	00.00	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	80 900	19 116	42 603	13 243	3 525	16 769		44 951	21	
							07.01.10	00.00	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	105 000									
							07.01.99	00.00	OUTROS	13 100									
							Total do Grupo 01 :			201 000	19 116	42 603	13 243	3 525	16 769		44 951	8	

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
90 01 00	014 054	5.1.0	07.02.08	00.00	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, C	107 334	8 960	7 380		301	1 105	1 406			1 406	14 933	1		
			07.02.99	00.00	OUTROS	3 725 000	3 491 123	1 293 032			127 360	127 360			127 360	4 656 796	3		
			Total do Grupo 02 :			3 832 334	3 500 083	1 300 412		301	128 465	128 766			128 766	4 671 729	3		
			07.03.01	00.00	HABITAÇÕES	12 000	14 573	14 490		1 763	2 730	4 493			4 493	24 571	37		
			07.03.02	00.00	EDIFÍCIOS	90 000													
			07.03.99	00.00	OUTRAS	75 000	288 958	132 238		11 091	46 779	57 870			57 870	363 326	77		
			Total do Grupo 03 :			177 000	303 532	146 729		12 854	49 509	62 363			62 363	387 897	35		
			Total do Capítulo 07 :			4 210 334	3 822 731	1 489 744		26 398	181 500	207 898			207 898	5 104 577	5		
			08.01.99	00.00	OUTRAS	1 267 959	395 636	177 029		123 010	11 269	134 278			134 278	438 386	11		
			Total do Grupo 01 :			1 267 959	395 636	177 029		123 010	11 269	134 278			134 278	438 386	11		
			Total do Capítulo 08 :			1 267 959	395 636	177 029		123 010	11 269	134 278			134 278	438 386	11		
			12.07.03	00.00	ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ES	13 377 267													
			Total do Grupo 07 :			13 377 267													
			Total do Capítulo 12 :			13 377 267													
			15.01.01	00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGA	34 000													
			Total do Grupo 01 :			34 000													
			Total do Capítulo 15 :			34 000													
			17.01.00	00.00	OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇ	1 550 000													
			Total do Grupo 01 :			1 550 000													
			17.02.00	00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA -	133 693 729													
			Total do Grupo 02 :			133 693 729													
			Total do Capítulo 17 :			135 243 729													
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			340 298 906	7 217 037	2 849 101		1 206 886	411 589	1 618 475			1 618 475	8 447 663			
			Total da Medida 054 :			340 298 906	7 217 037	2 849 101		1 206 886	411 589	1 618 475			1 618 475	8 447 663			
055	3.1.3		16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNAD	4 690 634	11 927 488				11 927 488	11 927 488			11 927 488		254	8)	
			Total do Grupo 01 :			4 690 634	11 927 488				11 927 488	11 927 488			11 927 488		254		
			Total do Capítulo 16 :			4 690 634	11 927 488				11 927 488	11 927 488			11 927 488		254		
			Total da Fonte de Financiamento 313 :			4 690 634	11 927 488				11 927 488	11 927 488			11 927 488		254		

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
90 01 00	014 055	3.1.9	06.03.01	00.00	ESTADO	38 312 629													
			Total do Grupo 03 :			38 312 629													
			Total do Capítulo 06 :			38 312 629													
			Total da Fonte de Financiamento 319 :			38 312 629													
		4.2.1	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	13 388	13 388			13 388	13 388				13 388		100		
			Total do Grupo 01 :			13 388	13 388			13 388	13 388				13 388		100		
			Total do Capítulo 16 :			13 388	13 388			13 388	13 388				13 388		100		
			Total da Fonte de Financiamento 421 :			13 388	13 388			13 388	13 388				13 388		100		
		4.3.3	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	676 621	676 621			676 621	676 621				676 621		100		
			Total do Grupo 01 :			676 621	676 621			676 621	676 621				676 621		100		
			Total do Capítulo 16 :			676 621	676 621			676 621	676 621				676 621		100		
			Total da Fonte de Financiamento 433 :			676 621	676 621			676 621	676 621				676 621		100		
		4.8.0	06.09.01	00.00	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	159 900		283 670		283 670	283 670				283 670		177	a)	
			Total do Grupo 09 :			159 900		283 670		283 670	283 670				283 670		177		
			Total do Capítulo 06 :			159 900		283 670		283 670	283 670				283 670		177		
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	4 136	13 051			13 051	13 051				13 051		316	a)	
			Total do Grupo 01 :			4 136	13 051			13 051	13 051				13 051		316		
			Total do Capítulo 16 :			4 136	13 051			13 051	13 051				13 051		316		
			Total da Fonte de Financiamento 480 :			164 036	13 051	283 670		283 670	296 720				296 720		181		
		5.1.0	04.02.99	00.00	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	218 851	959 475	2 411		537	537			537	961 349				
			Total do Grupo 02 :			218 851	959 475	2 411		537	537				537	961 349			
			Total do Capítulo 04 :			218 851	959 475	2 411		537	537				537	961 349			
			05.07.01	00.00	DIVID E PARTICIP LUCROS DE SOC E	1 600 000		42 759		42 477	42 477				42 477	282	3		
			Total do Grupo 07 :			1 600 000		42 759		42 477	42 477				42 477	282	3		
			Total do Capítulo 05 :			1 600 000		42 759		42 477	42 477				42 477	282	3		
			07.01.05	00.00	BENS INUTILIZADOS	2 480 604	60 918	128 050		40 920	48 735				89 655	99 313	4		
			Total do Grupo 01 :			2 480 604	60 918	128 050		40 920	48 735				89 655	99 313	4		
			07.02.01	00.00	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTC	10 351 828	3 793 267	30 133			683 103				683 103	3 140 297	7		
			07.02.06	00.00	REPARAÇÕES	116 039	24 887	27 584		5 969	17 359				23 328	29 143	20		
			07.02.99	00.00	OUTROS	114 542 662	66 598 304	26 121 269		258 366	25 240 284				25 498 650	67 220 923	22		
			Total do Grupo 02 :			125 010 529	70 416 458	26 178 986		264 335	25 940 746				26 205 081	70 390 363	21		

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação (4)					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
90 01 00	014 055	5.1.0	07.03.02	00.00	EDIFÍCIOS	77 731	46 441	46 176		5 617	8 700	14 317			14 317	78 299	18		
			07.03.99	00.00	OUTRAS	12 076 904	920 811	421 399		35 343	149 070	184 413			184 413	1 157 797	2		
			Total do Grupo 03 :			12 154 635	967 252	467 575		40 960	157 770	198 730			198 730	1 236 096	2		
			Total do Capítulo 07 :			139 645 768	71 444 627	26 774 610		346 215	26 147 250	26 493 465			26 493 465	71 725 772	19		
			08.01.99	00.00	OUTRAS	461 589	1 260 756	564 131		391 989	35 910	427 899			427 899	1 396 989	93		
			Total do Grupo 01 :			461 589	1 260 756	564 131		391 989	35 910	427 899			427 899	1 396 989	93		
			Total do Capítulo 08 :			461 589	1 260 756	564 131		391 989	35 910	427 899			427 899	1 396 989	93		
			12.07.03	00.00	ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ES	828 316 785		54 275 158		54 275 158		54 275 158			54 275 158		7		
			Total do Grupo 07 :			828 316 785		54 275 158		54 275 158		54 275 158			54 275 158		7		
			Total do Capítulo 12 :			828 316 785		54 275 158		54 275 158		54 275 158			54 275 158		7		
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			970 242 993	73 664 858	81 659 070		55 056 377	26 183 160	81 239 536			81 239 536	74 084 392	8		
		5.2.0	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	59 933 790	60 022 125			60 022 125	60 022 125			60 022 125		100	d)		
			Total do Grupo 01 :			59 933 790	60 022 125			60 022 125	60 022 125				60 022 125		100		
			Total do Capítulo 16 :			59 933 790	60 022 125			60 022 125	60 022 125				60 022 125		100		
			Total da Fonte de Financiamento 520 :			59 933 790	60 022 125			60 022 125	60 022 125				60 022 125		100		
		7.1.0	12.06.03	00.00	ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ES	126 047 901													
			Total do Grupo 06 :			126 047 901													
			Total do Capítulo 12 :			126 047 901													
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	533 427	533 427			533 427	533 427			533 427		100	d)		
			Total do Grupo 01 :			533 427	533 427			533 427	533 427				533 427		100		
			Total do Capítulo 16 :			533 427	533 427			533 427	533 427				533 427		100		
			Total da Fonte de Financiamento 710 :			126 581 328	533 427			533 427	533 427				533 427				
			Total da Medida 055 :			1 200 615 419	146 850 958	81 942 740		55 340 046	99 369 259	154 709 306			154 709 306	74 084 392	13		
		079 5.1.0	04.01.21	00.00	PORTAGENS	19 319 790													
			Total do Grupo 01 :			19 319 790													
			Total do Capítulo 04 :			19 319 790													
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			19 319 790													
			Total da Medida 079 :			19 319 790													
			Total do Programa 014 :			1 560 234 115	154 067 996	84 791 840		56 546 932	99 780 848	156 327 781			156 327 781	82 532 055	10		
			Total da Subdivisão 00 :			1 560 234 115	154 067 996	84 791 840		56 546 932	99 780 848	156 327 781			156 327 781	82 532 055	10		
			Total da Secretaria de Estado 1 :			1 560 234 115	154 067 996	84 791 840		56 546 932	99 780 848	156 327 781			156 327 781	82 532 055	10		

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação (4)					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
8 90 01 00	014 054	3.6.2	02.01.01	00.00	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS	57 338 541													
			Total do Grupo 01 :			57 338 541													
			Total do Capítulo 02 :			57 338 541													
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	68 675													
			Total do Grupo 01 :			68 675													
			Total do Capítulo 16 :			68 675													
			Total da Fonte de Financiamento 362 :			57 407 216													
		4.3.3	10.09.01	00.00	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	98 846 339	20 283 275	258 612		258 612		258 612			258 612		20 283 275		
			Total do Grupo 09 :			98 846 339	20 283 275	258 612		258 612		258 612			258 612		20 283 275		
			Total do Capítulo 10 :			98 846 339	20 283 275	258 612		258 612		258 612			258 612		20 283 275		
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	12 664 948													
			Total do Grupo 01 :			12 664 948													
			Total do Capítulo 16 :			12 664 948													
			Total da Fonte de Financiamento 433 :			111 511 287	20 283 275	258 612		258 612		258 612			258 612		20 283 275		
		4.8.0	10.09.01	00.00	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	77 602													
			Total do Grupo 09 :			77 602													
			Total do Capítulo 10 :			77 602													
			Total da Fonte de Financiamento 480 :			77 602													
		5.1.0	02.01.01	00.00	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS	105 462 413													
			Total do Grupo 01 :			105 462 413													
			Total do Capítulo 02 :			105 462 413													
			04.01.21	00.00	PORTAGENS	24 797 081													
			Total do Grupo 01 :			24 797 081													
			Total do Capítulo 04 :			24 797 081													
			09.01.01	00.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINA	37 600	140 622										140 622		
			09.01.10	00.00	FAMÍLIAS	1 269 000													
			Total do Grupo 01 :			1 306 600	140 622											140 622	
			09.02.01	00.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINA	15 000	3 344										3 344		
			09.02.10	00.00	FAMÍLIAS	85 000													
			Total do Grupo 02 :			100 000	3 344											3 344	

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros	
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)					
90 01 00	014 054	5.1.0	09.03.01	00.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINA	630 000													
			09.03.10	00.00	FAMÍLIAS	801 400													
			Total do Grupo 03 :			1 431 400													
			Total do Capítulo 09 :			2 838 000	143 966										143 966		
			13.01.02	00.00	ATIVOS INCORPÓREOS	33 168 398	9 048	71		26	26			26		9 093			
			13.01.99	00.00	OUTRAS	1	1 162 136				1 640	1 640		1 640		1 160 496	****	a)	
			Total do Grupo 01 :			33 168 399	1 171 183	71		26	1 640	1 666		1 666		1 169 588			
			Total do Capítulo 13 :			33 168 399	1 171 183	71		26	1 640	1 666		1 666		1 169 588			
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			166 265 893	1 315 149	71		26	1 640	1 666		1 666		1 313 554			
		5.2.0	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	59 216 251	275 222 170				275 222 170	275 222 170			275 222 170		465	a)	
			Total do Grupo 01 :			59 216 251	275 222 170				275 222 170	275 222 170			275 222 170		465		
			Total do Capítulo 16 :			59 216 251	275 222 170				275 222 170	275 222 170			275 222 170		465		
			Total da Fonte de Financiamento 520 :			59 216 251	275 222 170				275 222 170	275 222 170			275 222 170		465		
			Total da Medida 054 :			394 478 249	296 820 595	258 683		258 638	275 223 810	275 482 448			275 482 448		21 596 829	70	
055	3.5.8		16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	1 874 572	4 631 660				4 631 660	4 631 660			4 631 660		247	a)	
			Total do Grupo 01 :			1 874 572	4 631 660				4 631 660	4 631 660			4 631 660		247		
			Total do Capítulo 16 :			1 874 572	4 631 660				4 631 660	4 631 660			4 631 660		247		
			Total da Fonte de Financiamento 358 :			1 874 572	4 631 660				4 631 660	4 631 660			4 631 660		247		
		3.5.9	10.03.01	00.00	ESTADO	3 888 706													
			Total do Grupo 03 :			3 888 706													
			Total do Capítulo 10 :			3 888 706													
			Total da Fonte de Financiamento 359 :			3 888 706													
		4.1.6	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	621	6 383 091				6 383 091	6 383 091			6 383 091		****	a)	
			Total do Grupo 01 :			621	6 383 091				6 383 091	6 383 091			6 383 091		****		
			Total do Capítulo 16 :			621	6 383 091				6 383 091	6 383 091			6 383 091		****		
			Total da Fonte de Financiamento 416 :			621	6 383 091				6 383 091	6 383 091			6 383 091		****		
		4.3.1	10.09.01	00.00	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	1													
			Total do Grupo 09 :			1													
			Total do Capítulo 10 :			1													
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	1 652 158	3 532 471				3 532 471	3 532 471			3 532 471		214	a)	
			Total do Grupo 01 :			1 652 158	3 532 471				3 532 471	3 532 471			3 532 471		214		

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.Sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)				
90 01 00	014 055	4.3.1	Total do Capítulo 16 :			1 652 158	3 532 471				3 532 471	3 532 471			3 532 471		214	
			Total da Fonte de Financiamento 431 :			1 652 159	3 532 471				3 532 471	3 532 471			3 532 471		214	
		4.3.3	10.09.01	00.00	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	1 918 529		1 244 003		1 244 003	1 244 003			1 244 003		65		
			Total do Grupo 09 :			1 918 529		1 244 003		1 244 003	1 244 003				1 244 003		65	
			Total do Capítulo 10 :			1 918 529		1 244 003		1 244 003	1 244 003				1 244 003		65	
			16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	243 410	16 141 437				16 141 437			16 141 437		****	d)	
			Total do Grupo 01 :			243 410	16 141 437				16 141 437				16 141 437		****	
			Total do Capítulo 16 :			243 410	16 141 437				16 141 437				16 141 437		****	
			Total da Fonte de Financiamento 433 :			2 161 939	16 141 437	1 244 003		1 244 003	16 141 437	17 385 440			17 385 440		804	
		5.1.0	09.01.01	00.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINA	1	448 113								448 113			
			Total do Grupo 01 :			1	448 113								448 113			
			09.04.01	00.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINA	1 524 099	10 656								10 656			
			Total do Grupo 04 :			1 524 099	10 656								10 656			
			Total do Capítulo 09 :			1 524 100	458 769								458 769			
			12.07.03	00.00	ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ES	93 304 540												
			Total do Grupo 07 :			93 304 540												
			Total do Capítulo 12 :			93 304 540												
			13.01.01	00.00	INDEMNIZAÇÕES	167 305	28 832	225		83	1 311			1 394	1 394	27 664	1	
			13.01.02	00.00	ATIVOS INCORPÓREOS	25 000 000	23 185 182				5 225			5 225	5 225	23 179 957		
			Total do Grupo 01 :			25 167 305	23 214 014	225		83	6 536			6 619	6 619	23 207 620		
			Total do Capítulo 13 :			25 167 305	23 214 014	225		83	6 536			6 619	6 619	23 207 620		
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			119 995 945	23 672 783	225		83	6 536			6 619	6 619	23 666 389		
		5.2.0	16.01.03	00.00	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADC	5 834 997	37 044 880				37 044 880			37 044 880		635	d)	
			Total do Grupo 01 :			5 834 997	37 044 880				37 044 880				37 044 880		635	
			Total do Capítulo 16 :			5 834 997	37 044 880				37 044 880				37 044 880		635	
			Total da Fonte de Financiamento 520 :			5 834 997	37 044 880				37 044 880				37 044 880		635	
			Total da Medida 055 :			135 408 939	91 406 322	1 244 228		1 244 086	67 740 075	68 984 161			68 984 161		23 666 389	51
		079																

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

Unidade: Euro

C.Orgânica Sec. Cap.Div.sdv. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. Cobrada Líquida (14)=(11)-(13)	Rec. por cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)	Erros
			Código	Sub.Rub.	Designação					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)				
90 01 00	014 079	5.1.0	02.01.01	00.00	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS	348 512 277		162 974 308		162 974 308		162 974 308			162 974 308		47	
			Total do Grupo 01 :			348 512 277		162 974 308		162 974 308		162 974 308			162 974 308		47	
			Total do Capítulo 02 :			348 512 277		162 974 308		162 974 308		162 974 308			162 974 308		47	
			04.01.21	00.00	PORTAGENS	280 815 784	36 759 538	74 372 858		74 372 858		74 372 858			74 372 858	36 759 538	26	
			Total do Grupo 01 :			280 815 784	36 759 538	74 372 858		74 372 858		74 372 858			74 372 858	36 759 538	26	
			Total do Capítulo 04 :			280 815 784	36 759 538	74 372 858		74 372 858		74 372 858			74 372 858	36 759 538	26	
			12.07.03	00.00	ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ES	713 545 738		155 724 842		155 724 842		155 724 842			155 724 842		22	
			Total do Grupo 07 :			713 545 738		155 724 842		155 724 842		155 724 842			155 724 842		22	
			Total do Capítulo 12 :			713 545 738		155 724 842		155 724 842		155 724 842			155 724 842		22	
			Total da Fonte de Financiamento 510 :			1 342 873 799	36 759 538	393 072 007		393 072 007		393 072 007			393 072 007	36 759 538	29	
			Total da Medida 079 :			1 342 873 799	36 759 538	393 072 007		393 072 007		393 072 007			393 072 007	36 759 538	29	
			Total do Programa 014 :			1 872 760 987	424 986 455	394 574 918		394 574 731	342 963 885	737 538 616			737 538 616	82 022 757	39	
			Total da Subdivisão 00 :			1 872 760 987	424 986 455	394 574 918		394 574 731	342 963 885	737 538 616			737 538 616	82 022 757	39	
			Total da Secretaria de Estado 8 :			1 872 760 987	424 986 455	394 574 918		394 574 731	342 963 885	737 538 616			737 538 616	82 022 757	39	
TOTAL GERAL						3 432 995 102	579 054 451	479 366 759		451 121 664	442 744 733	893 866 397			893 866 397	164 554 812	26	

7.2 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA

Ano: 2016 Mês: MARÇO

O Responsável,

Em ____ de Abril de 2016

O Conselho de Administração:

Em ____ de _____ de 2016

LEGENDA

Códigos de Erro:

- a) AS LIQUIDAÇÕES ANULADAS NÃO PODEM SER SUPERIORES ÀS RECEITAS LIQUIDADAS
- b) A RECEITA COBRADA BRUTA NÃO PODE SER SUPERIOR À SOMA DA RECEITA LIQUIDADADA COM A QUE SE ENCONTRAVA POR COBRAR NO INICIO DO ANO
- c) OS REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES PAGOS NÃO PODEM SER SUPERIORES AOS REEMBOLSOS EMITIDOS
- d) DEVERÁ PROCEDER-SE À ACTUALIZAÇÃO DA PREVISÃO DE RECEITA